

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Ricardo Queiroz Lobato Santos

A Formação do Oficial R2 no Exército Brasileiro

Brasília, DF

2017

RICARDO QUEIROZ LOBATO SANTOS

A Formação do Oficial R2 no Exército Brasileiro

Estudo de Caso do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do
Batalhão da Guarda Presidencial no Ano de 2016 (NPOR – BGP – 2016)

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília (SOL/UnB) como parte dos requisitos para a
obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Professor Doutor Luís Augusto
Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Brasília – DF

2017

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Ricardo Queiroz Lobato Santos

A Formação do Oficial R2 no Exército Brasileiro

Monografia aprovada em ___/___/___, para a obtenção do título de Bacharel em Sociologia.

Banca Examinadora:

Professor Doutor Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão

Professora Doutora Ana Cristina Murta Collares

Em memória de meu avô, Wagner Vieira Santos, minha eterna fonte de
inspiração.

Aos meus pais, Ricardo e Mônica, por todo o amor e apoio nesta e em tantas
caminhadas de minha vida.

Para o Brasil, meu país querido e amado.

Agradecimentos

A Deus, meu criador, e a Nossa Senhora de Nazaré, minha Mãe protetora. Seu fôlego de vida, em mim depositado, e seu amor foram meu sustento e me deram coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

A meus pais, Ricardo e Mônica, por todo o amor e apoio ao longo de todos os momentos, pela capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e sua dedicação deram-me a esperança para seguir adiante. Pai, sua presença significou a segurança e a certeza de que não estou sozinho nesta caminhada.

A meus avós, Cecília, Lair e Francisco, por todo o apoio, carinho e amor. Por acreditarem e por serem exemplos vivos de sabedoria. Pessoas com quem a cada novo dia aprendo mais e mais.

Aos meus familiares, amigos e à minha namorada, por todo o apoio e incentivo durante os longos meses de pesquisa.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Gusmão, pela atenção dedicada: pelas nossas conversas, pela paciência e por ter aceitado o desafio de embarcar nesta aventura. Obrigado por ser o grande mestre a quem recorri muitas vezes no decurso desta longa caminhada.

À Professora Collares, por sua paciência, seus ensinamentos e confiança ao longo de todas as atividades de pesquisa.

Ao General de Exército Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, pelo apoio incondicional ao projeto, em especial pela entrevista concedida.

Ao General de Exército Menandro, Conselheiro Militar da missão permanente do Brasil junto à ONU. Obrigado por ter acreditado no sonho de um jovem oficial e ter permitido que essa empreitada se realizasse. Eterno Comandante, agradeço-lhe por toda a atenção dispensada e pela amizade.

Ao General Fernando, Chefe do Estado Maior do Exército, com quem tive o prazer de debater pontos essenciais a respeito da Formação do Oficial R2, e que de bom grado me concedeu uma entrevista.

Ao General de Exército Moura, Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, pelas leituras dos relatos e pelo incentivo para que eu continuasse a desenvolver a pesquisa.

Ao General de Divisão R1 Santos Cruz, atual Secretário Nacional de Segurança Pública, pelas inúmeras conversas que tivemos e pelas preciosas dicas que foram passadas.

Ao General de Divisão Pereira Gomes, Comandante Militar do Planalto, com quem tive proveitosas conversas e por ter dado total “liberdade de manobra” para que a pesquisa pudesse ser realizada.

Ao General de Divisão R1 Leme, antigo Comandante Militar do Planalto, por ter incentivado a pesquisa sociológica.

Ao Coronel Godoy, por toda a atenção e por ter se encarregado de todos os contatos com Unidades Militares.

Aos alunos e à Equipe de Instrução do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) no ano de 2016, meu objeto de estudo, por toda a colaboração e dedicação para com o cumprimento da missão, bem como aos demais militares da Unidade que, de uma forma ou de outra, colaboraram com o seu desenvolvimento.

Aos alunos e Equipes de Instrução do 32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC), 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS) e 20º Regimento de Cavalaria Blindada (20º RCB), por terem colaborado de forma tão intensa para com este trabalho e pelo interesse e profissionalismo demonstrados quando de minhas visitas às Unidades. Aos demais militares componentes de cada guarnição.

Aos integrantes dos Gabinetes do Comandante da Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE) e da Chefia de Operações Conjuntas (CHOC), do Ministério da Defesa (MD), que muito ajudaram, e por ter sido sempre bem recebido nessas Chefias.

A todos os membros do Comando Militar do Planalto (CMP), Comando Militar do Norte (CMN), Comando Militar do Leste (CML) e Comando Militar do Oeste (CMO), que contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos os militares das Unidades visitadas que ainda não foram citadas, com destaque para: Estado Maior do Exército (EME), Comando de Operações Terrestres (COTER), 8ª Região Militar (8ª RM), 9ª Região Militar (9ª RM), 11ª Região Militar (11ª RM), Centro de Comando de Operações do CMO (CCOP/CMO), 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG), 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (6º GMF), 3º Batalhão de Aviação do Exército (3º BAVEX) e 9º Grupamento Logístico (9º Gpt Log).

Aos padres do Santuário Dom Bosco, pelas palavras de fé e pelo apoio prestado.

À Missão Diplomática dos Estados Unidos da América acreditada junto ao governo brasileiro, pelas informações fornecidas acerca da formação dos Oficiais da Reserva nesse País.

À Missão Diplomática do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte acreditada junto ao governo brasileiro, pelas informações fornecidas acerca da formação dos Oficiais da Reserva no Reino Unido e na *Commonwealth*.

À Universidade de Brasília (UnB) e ao Exército Brasileiro (EB), essas duas escolas que me são tão especiais e nas quais passei alguns dos melhores momentos de minha vida. A união das experiências adquiridas nas duas serviu de inspiração para este trabalho.

Sumário:

Citações.....	9
Resumo	10
Abstract	11
Apresentação	12
Capítulo I: Introdução	15
1) Breve História do Exército Brasileiro: de Guararapes ao Contestado.	15
2) A I Guerra Mundial e o Surgimento dos Oficiais da Reserva no Brasil.	22
3) CPORs, NPORs e uma Nova Guerra Mundial.....	26
4) O Curso de Formação da Reserva do Exército, o BGP e o Trabalho de Campo.	30
Capítulo II: O Aluno a Oficial.....	34
1) O Aluno.....	34
2) A “Semana Zero”	35
3) Incorporação e Internato	37
4) Valores, Tradições e Cerimônias.....	43
5) Campos de Instrução.....	47
6) Militares e Universitários.....	53
7) PCIs e Atividades Extras	55
Capítulo III: A Equipe de Instrução.....	62
1) O que é a Equipe de Instrução	62
2) Instrutores, Monitores e Auxiliares	62
3) O Instrutor Chefe	64
4) Oficiais, Subtenentes e Sargentos.....	68
5) Relação entre Alunos e Equipe de Instrução	71
Considerações Finais	76
Anexos.....	82
1) Quadro de Postos e Graduações das Forças Armadas Brasileiras	82
2) Índice de Siglas	83
2.1) Siglas das Forças Armadas Brasileiras	83
2.2) Siglas de Forças Armadas Estrangeiras:	84
2.3) Outras Siglas.....	84

Referências Bibliográficas	85
1) Livros	85
2) Principais Sítios Oficiais Consultados	88
3) <i>Links</i> Para Dados Utilizados.....	89
4) Documentos Oficiais, Documentos e Correspondências Militares e Manuais	91

Citações

“A farda não é uma veste que se despe com facilidade e até com indiferença... Mas outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre!”

General Octávio Costa, patriota brasileiro

“Onde estiver um cidadão brasileiro, lá estará o Serviço Militar.”

Olavo Bilac, patrono do Serviço Militar

“Um Exército pode passar cem anos sem ver uma guerra, mas não pode passar um dia sem estar preparado.”

Rui Barbosa, o “Águia de Haia”

“Sorte é quando a preparação encontra a oportunidade.”

General Dwight D. Eisenhower, Comandante Supremo Aliado

“Um exército de ovelhas liderado por um leão pode vencer um exército de leões liderado por uma ovelha.”

Plutarco, filósofo grego

“O sociólogo é uma pessoa, um profissional que se ocupa em compreender a sociedade de uma maneira disciplinada.”

Peter Berger, sociólogo

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o processo formativo do oficial da reserva do Exército Brasileiro, oriundo dos Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Foi examinada sua formação, e também como esses profissionais oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR) se situam dentro do Exército Brasileiro. Para realizar esta tarefa foi feito um estudo de caso, tendo por base a turma do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Batalhão da Guarda Presidencial (NPOR – BGP) no ano de 2016. Também foram visitados outros NPORs, além de diversas organizações militares do Exército Brasileiro. O estudo foi efetuado por meio de uma análise das atividades desenvolvidas em um NPOR, atividades que visam transformar, no período de um ano, estudantes universitários em oficiais do Exército – homens que ao final do Ano de Instrução estarão aptos a comandar. Num primeiro momento, promove-se uma reconstrução histórica da criação do oficial da reserva do Exército Brasileiro, com base numa pesquisa bibliográfica e documental. Em seguida, é apresentado um relato etnográfico baseado num trabalho de campo, no qual foi possível observar de perto as atividades desenvolvidas no processo de formação do oficial R2. Nesta etapa, realizaram-se também algumas entrevistas com alunos e oficiais. O estudo busca compreender qual o elemento – ou elementos – responsável (eis) pela transformação de civis em comandantes militares.

Palavras-Chave: Exército Brasileiro, NPOR, Alunos, Oficiais, Sociologia, Treinamento.

Abstract

The objective of this work is to analyze the formative process of the Brazilian Army Reserve Officer graduated in the Reserve Officer' Training Corps (ROTC). It was analyzed their training process, and how these professionals from the ROTC are located within the Brazilian Army. In order to carry out this task, a case study was made, based on the Class of the Presidential Guard Battalion ROTC in the year of 2016 (NPOR/BGP/2016). Other ROTC have also been visited, as well as several other Brazilian Army military organizations. The study was carried out through an analysis of the activities carried out in a ROTC, activities that aim to transform, in a period of one year, university students into Army officers. Men who at the end of the Instruction Year will be able to command. At first, it has been done an historical reconstruction of the creation of the ROTC system in the Brazilian Army, based on a bibliographical and documental research. In sequence, an ethnographic description is presented, based on a field work, where it was possible to closely observe the activities developed during the ROTC Officer Formation process. On this phase, interviews were conducted with Cadets and Officers. The study seeks to understand which element – or elements – is responsible for transforming civilians into military commanders.

Key words: Brazilian Army, ROTC, Cadets, Sociology, Training.

Apresentação

Este Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso surgiu da união de duas áreas que me são muito caras, aparentemente distantes, mas que possuem muito em comum: as Ciências Sociais, em específico a Sociologia, e as Ciências Militares. Como estudante de Sociologia, ao longo de quatro anos de formação, percebi que eram escassos, para não dizer inexistentes, os trabalhos acadêmicos, ainda mais de graduação, que tratassem de temáticas associadas a assuntos militares. Há muitos trabalhos que versam sobre Forças Policiais, principalmente na área de Sociologia da Violência, mas nada que enfocasse as Forças Armadas. Quando comecei a me interessar pelo tema, percebi que, mesmo nos estabelecimentos de ensino militar, são poucos os trabalhos que versam sobre a formação militar em si. Quanto à Formação nos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs e NPORs), a não ser por uma obra do projeto de “História Oral do Exército”, uma coletânea de entrevistas com militares da ativa e da reserva – que inclui alguns egressos dos citados órgãos de formação –, não há nenhum registro na literatura acadêmica sobre os citados militares e o papel por eles desempenhado nas Forças Armadas, em especial no Exército Brasileiro.

Como oficial formado em um Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, já licenciado em Ciências Sociais, e em processo de obtenção do título de Bacharel em Sociologia, decidi me debruçar mais sobre esse microcosmo tão específico da instituição militar e investigar o processo formativo do oficial R2 do Exército Brasileiro. O trabalho situa-se num campo ignoto da Sociologia e das Ciências Sociais de uma forma geral: a Sociologia Militar. Para tal, como descreve a socióloga Maria Carrilho, ele trabalha com as três grandes áreas desse campo específico: *a Profissão Militar, a Organização Militar e as Relações Civil-Militares*. A Profissão Militar, pois trata da formação dos oficiais da reserva de Segunda Classe do Exército; a Organização Militar, já que contextualiza esses jovens nesse universo que são as Forças Armadas e seu *modus operandi* específico; e as Relações Civil-Militares, porquanto mostra como, no enxuto espaço de um ano (quarenta e duas semanas corridas), jovens universitários, civis, são treinados para se tornar oficiais da Reserva Combatente do Exército, e como é o efeito desse processo em suas vidas e nas vidas de seus familiares.

A categoria que dá título ao trabalho, “Oficial R2 do Exército Brasileiro”, é mais ampla e abarca mais que tão só os oficiais oriundos de CPORs e NPORs. Estes últimos

são os Oficiais Combatentes Temporários (OCTs) e os Oficiais Intendentes Temporários (OITs). Porém, também fazem parte da Classificação “R2” – oficiais oriundos de estabelecimentos de formação da reserva – os militares que cursaram o Estágio de Adaptação ao Serviço (EAS)¹ e os Oficiais Técnicos Temporários (OTT). Em comum, todos os “R2” possuem sua permanência máxima (em tempos de paz) de oito anos de Serviço Ativo no Exército Brasileiro.

Todavia, diversamente daqueles oriundos de um CPOR/NPOR, onde os alunos ainda estão cursando algum estabelecimento de Ensino Superior durante seu Ano de Instrução – este conta como Serviço Militar Obrigatório e é exclusivo para homens –, o EAS e o OTT admitem tanto membros do segmento masculino como do feminino, sendo o EAS obrigatório para todos os homens que cursavam uma das especializações da área de saúde quando em idade de alistamento obrigatório (18 anos) e optaram por realizar seu Serviço Militar depois de concluído o curso. Por sua vez, o OTT é um profissional das áreas complementares do Exército, isto é, como sugerido pelo próprio nome, um técnico. Esses profissionais são formados nas mais diversas áreas acadêmicas, como Direito, Administração, Comunicação Social, entre tantas outras e, apesar de serem militares, não fazem parte da linha bélica das Forças Armadas – como os OCTs ou os OITs, sua função é de apoio.

O objetivo deste trabalho não é fazer uma análise sobre a formação de todos esses profissionais militares. O enfoque se dá na formação dos Oficiais Combatentes Temporários e dos Oficiais Intendentes Temporários, especialmente os oriundos de Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva. Busca-se compreender como se dá o processo que em apenas um ano é capaz de transformar jovens universitários, civis, em Oficiais Combatentes/Intendentes do Exército Brasileiro. Por serem oficiais formados em Unidades de Corpo de Tropa, ou seja, dentro dos quartéis, os Aspirantes oriundos dos NPORs possuem uma “vivência do Exército”, pois enquanto recebem suas instruções, participam do dia a dia da Unidade e de suas atividades, o que distingue esses profissionais daqueles formados nos demais centros de ensino militares.

Os resultados aqui expressos são fruto de mais de um ano de intensa pesquisa de campo, contando com visitas a diversas Unidades Militares no Distrito Federal e em outros estados da Federação, entrevistas com militares e ex-militares e, principalmente, o acompanhamento de um Ano de Instrução Inteiro de uma turma de NPOR. A

¹ Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários. (N. A.).

escolhida para tal tarefa foi a turma do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Batalhão da Guarda Presidencial no Ano de 2016 (NPOR/BGP/2016). Para tal, foi realizado um estudo nos moldes etnográficos, um registro descritivo das atividades e práticas cotidianas desses indivíduos no espaço tempo de um ano. A cada dia de atividade acompanhado, eram realizadas anotações das visitas à Unidade, bem como dos exercícios realizados pelos alunos e pela Equipe de Instrução e demais atividades típicas da rotina militar, como Campos de Instrução e Treinamento Físico Militar. Busquei afastar-me ao máximo de meu objeto de estudo, não deixando que opiniões pessoais fizessem parte da narrativa e buscando atentar exclusivamente aos fatos, sem expressar juízo de valor acerca destes. Como disse Peter Berger²:

“O sociólogo é uma pessoa, um profissional que se ocupa em compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Isto significa que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenômenos sociais que estuda ocorre dentro de certo quadro de referências e de limites rigorosos. Como cientista, o sociólogo tenta ser objetivo, controlar suas preferências e seus preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente”.

O estudo realizado foca, sobretudo, na formação dos alunos no NPOR do BGP. Todavia, como foi observado igualmente o processo formativo de outros Núcleos, estes serão mencionados para fins de comparação. De uma forma geral, este trabalho monográfico visa apresentar este mundo que é o NPOR através de um ponto de vista sociológico. Por meio das práticas e costumes que ali são ensinados e aprendidos, jovens universitários tornam-se militares; mais que isso, incorporam os valores e as práticas da instituição e passam a fazer parte da Força Terrestre na condição de oficial combatente³ temporário. Os relatos aqui contidos visam apresentar essa experiência social que conheço tão de perto àqueles que vivem em outros ambientes sociais, cumprindo assim a principal função, de acordo com Giddens⁴, do trabalho etnográfico.

² BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística; tradução de Donaldson M. Garschagen. 33. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

³ Como o NPOR do BGP, foco da análise, é um NPOR de Infantaria, uma Arma Combatente, para efeitos de contextualização será sempre escrito na narrativa Oficial Combatente, deixando de mencionar os Oficiais Intendentes; quando retratados, estes serão referenciados. (N. A.).

⁴ GIDDENS, Anthony, 1938. **Conceitos essenciais da Sociologia** / Anthony Giddens, Philip W. Sutton; tradução Cláudia Freire. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

Capítulo I: Introdução

1) Breve História do Exército Brasileiro: de Guararapes ao Contestado

O Exército Brasileiro passou a existir oficialmente a partir de 7 de setembro de 1822, quando da Proclamação da Independência do Brasil. As tropas portuguesas que estavam em território da então colônia – que possuíam em suas fileiras tanto militares europeus, quanto nascidos em terras americanas –, juraram lealdade ao Príncipe Regente e primeiro Imperador do país, Dom Pedro I. Todavia, a História do Exército é bem mais antiga, de aproximadamente dois séculos, tendo sido iniciada em 19 de abril de 1648, data da primeira Batalha de Guararapes.

Na introdução da obra do General Lobato Filho, intitulada “As Duas Batalhas de Guararapes”⁵, João Duarte Filho assim anotou:

“Uma batalha que se fere entre dois exércitos é, sempre, um acontecimento que se eterniza. Passa a guerra, penetrando na História pelos fatos políticos, sociais, econômicos, raciais ou religiosos que a determinam”.

É precisamente isso que Guararapes representa para o Exército Brasileiro; sua importância não é somente pela vitória da milícia brasileira sobre uma das melhores tropas existentes na época – os lanceiros holandeses, combatentes mais que experimentados nas guerras do Velho Mundo –, mas por simbolizar a primeira vez que uma força genuinamente brasileira se uniu na defesa do país. As tropas holandesas, comandadas pelo general Sigismund Van Schkoppe, foram derrotadas pelas forças pernambucanas, comandadas pelo Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso e por Francisco Barreto de Menezes, apoiados por tropas de André Vidal de Negreiros, de João Fernandes Vieira, dos índios chefiados por Felipe Camarão (o índio Poti) e por negros comandados por Henrique Dias. Guararapes foi a primeira vez em que brancos (portugueses e brasileiros), negros e índios se juntaram numa causa comum: a expulsão do invasor holandês. Para a literatura militar das Forças Armadas, foi este sentimento mútuo de fraternidade e de miscigenação que caracterizou a formação étnica do povo brasileiro e fez surgir o Exército Brasileiro. Por meio do Decreto de 24/3/1994, assinado pelo então Presidente da República Itamar Franco, a data da primeira Batalha de

⁵ LOBATO FILHO, João B. As duas batalhas de Guararapes. General Lobato Filho. A.A.B.B. Biblioteca – Recife, 1939.

Guararapes (19 de abril) foi oficialmente atrelada ao Dia do Exército – marcando o conflito como a data de nascimento das Forças Armadas Brasileiras.

Figura 1 – Batalha dos Guararapes, 1879. Victor Meirelles.



Fonte: Sítio oficial do Museu de Belas-Artes⁶.

Durante o resto do tempo em que permaneceu como colônia, o Brasil ainda travaria outros conflitos de menor escala contra as tentativas espanholas de expandir as colônias sul-americanas vizinhas, bem como algumas tentativas inglesas e francesas de invasão do país, todas repelidas com sucesso⁷. A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808 fez com que as guerras napoleônicas chegassem à América. Assim que pisou no Brasil, Dom João ordenou a seus comandantes militares que esboçassem um plano de invasão da Guiana Francesa, como forma de retaliação à invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte. Dessa forma, em 1809, forças anglo-portuguesas invadiram a Guiana Francesa, tomando de assalto sua capital, Caiena. Segundo GOYCOCHÊA (1963), um dos objetivos estratégicos da campanha era redefinir a fronteira do Estado do Brasil com a Guiana Francesa de acordo com o Tratado de Utrecht (1713), devolvendo-a ao rio Oiapoque, anulando o estabelecido nos tratados de Paris (1797), Badajoz e Madri (1801), e mesmo em Amiens (1802). A desocupação da Guiana Francesa pelas forças portuguesas esteve na mesa de negociações do Congresso de Viena e só se concretizaria em 1817, com a assinatura do Tratado de Viena, que ratificou os pontos debatidos no Congresso.

⁶ Em: <http://mnba.gov.br/portal/component/k2/item/67-batalha-dos-guararapes.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

⁷ Livro **Exército Brasileiro: Ontem, Hoje, Sempre**.

Com a Proclamação da independência em 1822 e o início do Império do Brasil, o país se viu em uma guerra contra Portugal, tendo em vista que boa parte da oficialidade que compunha as Forças Armadas⁸ era de origem portuguesa. A Guerra de Independência se estendeu de 1822 a 1825 e foi encerrada com o “Tratado de Amizade e Aliança”, firmado entre Brasil e Portugal, quando enfim Portugal reconheceu a independência de sua ex-colônia⁹. Mesmo com o reconhecimento formal da independência do Brasil por Portugal, as hostilidades não tiveram fim. Era o início de um novo desafio: movimentos regionais de independência que permeariam toda a História do Brasil império encontrariam seu fim apenas na 1ª República.

Nesse cenário conturbado, ganhou fama e notoriedade aquele que viria a ser conhecido como “O Duque de Ferro” e “O Pacificador”: Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. O Duque de Caxias é oficialmente o “Patrono do Exército Brasileiro”, por sua ação destacada em conter as revoltas que assolaram o Império durante todo o século XIX e por sua destacada ação perante os derrotados; estimulava seus homens a serem duros em batalha, mas uma vez o inimigo vencido, o duque não buscava a vingança; concedia anistia aos derrotados, com o objetivo de reintegrá-los à vida no Império do Brasil. Foi assim, por exemplo, em sua atuação na Balaiada e na Guerra dos Farrapos; nesses e em outros casos, Caxias derrotou os revoltosos e concedeu-lhes a anistia, pregando que, “para trazer paz e equilíbrio, é preciso deixar a vingança de lado e trabalhar juntos para a reconstrução”.

Figura 2 – Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, 1861.



Fonte: Obra: Guerra do Paraguai: memórias e imagens¹⁰.

⁸ Em 1822 as Forças Armadas Brasileiras eram compostas apenas de Exército e Marinha. (N. A.).

⁹ DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.

¹⁰ Em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva#/media/File:Marquis_of_caxias_c_1860.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

Além das revoltas locais, desde os tempos da Coroa Portuguesa, a região Sul do Brasil se destacava como permanente barril de pólvora prestes a explodir. Os conflitos com a Espanha e posteriormente com a Argentina e o Uruguai, independentes do colonizador espanhol e herdeiras de seu legado no Cone Sul, eram uma realidade com que o Exército teve de lidar até a segunda metade do século XIX¹¹. As duas Guerras da Cisplatina e a Guerra do Prata são apenas alguns exemplos dos conflitos que a região atravessou entre 1811 e 1870. As hostilidades só tiveram fim com a maior guerra que a América Latina já viu: a Guerra da Tríplice Aliança, também conhecida como a Guerra do Paraguai. No livro “War: From Ancient Egypt to Iraq”, a Guerra da Tríplice Aliança é descrita da seguinte maneira:

“Em uma malsucedida tentativa de expandir seus domínios, o ditador paraguaio Francisco López invadiu o Brasil e a Argentina. O resultado foi a mais sangrenta guerra na História da América Latina, que terminou com a destruição quase completa do Paraguai”.

O conflito iniciado em 1865 com uma invasão ao Brasil teve por objetivo expandir as terras paraguaias e dar ao país o tão sonhado acesso ao mar. Os cinco anos de conflito (1865-1870) redefiniram os rumos do Brasil e da América Latina. Sociologicamente, foi um acontecimento que marcou a ascensão das Forças Armadas no contexto social brasileiro. Os militares brasileiros viram sua estrutura completamente reorganizada por conta da guerra. O pequeno exército imperial, acostumado a combater insurgentes e a lutar em curtas campanhas, viu-se em uma guerra com um teatro de operações que se estendia do atual Mato Grosso do Sul até o Rio Grande do Sul, combatendo uma força bem armada e bem equipada, como era o exército paraguaio de Solano López. As Forças Brasileiras tiveram de, em um curto espaço de tempo, aumentar de tamanho, além de se reequipar e aprimorar seu treinamento, condizendo com os desafios trazidos por aquele conflito.

A Guerra da Tríplice Aliança não alterou somente a estrutura das Forças Armadas, na qual vale destacar a presença do Duque de Caxias como comandante militar das tropas brasileiras – o homem por trás da mudança no arcabouço militar e que virou a guerra a favor do Brasil. Do ponto de vista sociológico, o conflito teve grande impacto nos pilares de sustentação do Império e provocou uma reformulação na estrutura social da época. Os militares, antes uma pequena força com atuação pontual,

¹¹ DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras**. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987.

havia se convertido num exército profissional, com características parecidas com os europeus de seu tempo, além de, pela vitória alcançada, terem galgado de importância na vida social do Império. Outro fato sociologicamente importante foi o de muitos escravos, que haviam combatido ao lado dos brancos na guerra, obterem sua alforria com o fim do conflito.

Os anos de conflito exauriram o orçamento do País. As despesas geradas com a guerra representavam o dobro das receitas do Império, o que fez com que em mais de um momento durante as hostilidades Dom Pedro II fosse forçado a contrair empréstimos com bancos ingleses. Todo esse cenário mergulhara o Brasil em uma crise financeira sem precedentes. A insatisfação com a situação política, econômica e social dos anos que se seguiram ao conflito, atrelada à importância que os militares gozavam junto à sociedade, fez com que o Exército se constituísse como uma das principais forças do movimento que viria a definir a próxima fase da História Brasileira: a República.

Figura 3 – Batalha do Avaí, 1872/1877. Pedro Américo.



Fonte: Sítio oficial do Museu Nacional de Belas-Artes¹².

A instauração de uma República no Brasil era um desejo antigo. A Revolução Pernambucana de 1817¹³ já advogava em favor de um governo democrático nos moldes republicanos, com forte influência da Revolução Norte-Americana de 1776. Todavia, a

¹² Em, <http://mnba.gov.br/portal/component/k2/item/38-batalha-do-avai.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

¹³ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática.** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

proclamação da República só viria a ocorrer no dia 15 de novembro de 1889, pelas mãos do Marechal Deodoro da Fonseca, membro do Exército Brasileiro e que viria a ser o primeiro presidente do Brasil. Com a República, o Exército ganhou protagonismo na cena política, além de antigas reivindicações da carreira, como promoções baseadas no mérito e na antiguidade, terem sido atendidas.

Com o novo regime, Exército e Marinha se viram momentaneamente em lados antagônicos. Enquanto a Força Terrestre havia sido a grande responsável pela proclamação da República, a Força Naval era mais ligada ao passado imperial brasileiro, sendo considerada monarquista – em decorrência, sobretudo, da tradição militar que cada uma encarnava. O Exército Brasileiro, apesar de ainda manter viva a velha tradição militar portuguesa, havia, por conta da Guerra da Tríplice Aliança, passado por um forte processo de brasilidade, pois as duras condições do combate haviam forjado um laço de fraternidade entre seus membros. A Marinha, mesmo com a atuação destacada no conflito, como na Batalha de Riachuelo, que assegurou a supremacia naval aliada na região, passara por um processo de reformulação que teve por base a tradição militar da Marinha Real Britânica, o que lhe concedia características mais aristocráticas. Essa situação só teve fim com a derrota dos revoltosos no que ficou conhecido como “A Revolta da Armada”.

Figura 4 – Proclamação da República, 1893. Benedito Calixto.



Fonte: Pinacoteca Municipal de São Paulo¹⁴.

¹⁴ Em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Benedito_Calixto_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica,_1893.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

Durante toda a 1ª República, também conhecida como “República Velha”, os principais conflitos pelos quais o País passou foram regionais e motivados por disputas por terras. A questão do Acre, em disputa com a Bolívia, mostrou aos demais países sul-americanos que o poderio bélico do Exército não terminara com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, além de consolidar outro elemento importante na História do país: a união entre diplomatas e militares, elemento que se faria presente pelo resto da História da República Brasileira. O Exército garantiu a posse da terra, e José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, então Ministro das Relações Exteriores, negociou o acordo com a Bolívia, que garantiu a posse do Acre ao Brasil. Foi com a assinatura deste tratado, conhecido como “Tratado de Petrópolis”, que o país terminou por definir seus limites, tomando forma o atual traçado das fronteiras do Brasil¹⁵.

Quanto às sublevações contra a 1ª República, notabilizaram-se a Guerra de Canudos, imortalizada na obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, e a Guerra do Contestado. A Guerra do Contestado se caracterizou pelo que o historiador Boris Fausto (2014) chama de “movimento social que combina conteúdo religioso com reivindicação social”. Foi também o último embate interno em que o Brasil se envolveu antes da I Guerra Mundial. Em ambos os casos, o Exército Brasileiro saiu vitorioso, fortalecendo o poder central e impedindo que a unidade nacional se fragmentasse.

Desde Guararapes, atravessando as guerras separatistas e as disputas com países vizinhos, notadamente os desafios da Guerra da Tríplice Aliança – que contou com a magnitude de uma guerra nos padrões dos embates napoleônicos –, a mobilização de tropas sempre foi um desafio para as Forças Armadas Brasileiras. A união do branco, do negro e do índio em Guararapes mostrou-se uma solução razoável para enfrentar o invasor holandês, todavia era algo que se assemelhava aos velhos padrões europeus medievais de exércitos, que se juntavam apenas em tempos de belicismo, desmantelando-se uma vez que a paz era alcançada – prática que permanecia em uso nas Capitânicas Hereditárias.

Apesar de o Império contar com a obrigatoriedade do Serviço Militar, expressa na Constituição de 1824¹⁶, a dificuldade de se formar um exército nacional que pudesse ser rapidamente mobilizado em caso de conflito se fez evidente quando da agressão do

¹⁵ GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. – Brasília: FUNAG, 2013.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

Paraguai ao Império do Brasil, em 1864¹⁷. Devido à magnitude do conflito, a administração imperial lançou mão de diversos meios de recrutamento para conseguir homens a fim de lutar contra o Paraguai. Desde os “Voluntários da Pátria”, voluntários que se alistavam espontaneamente com a onda de patriotismo que tomou o país no início do conflito, até o uso de escravos para lutar em nome de seus proprietários, que virou prática corrente¹⁸, entre as diversas outras formas de alistamento que foram utilizadas ao longo do conflito. Foi somente com o advento da República e sob a égide do poeta e escritor consagrado, Olavo Bilac, que, a partir de 1907 o Sistema de Serviço Militar Obrigatório passou a tomar forma e a conscientizar a população da importância de uma Reserva para as Forças Armadas¹⁹. Olavo Bilac percorreu o país a divulgar suas ideias de civismo, republicanismo e nacionalismo, defendendo o “quartel como escola de civismo”. Graças a seus esforços, o Brasil conseguiu formar um elevado contingente anual de praças reservistas, mas não de oficiais da reserva²⁰. A solução para isso só veio na década de 1920, baseada numa experiência ocorrida do outro lado do Atlântico, na Europa.

2) A I Guerra Mundial e o Surgimento dos Oficiais da Reserva no Brasil

Ao contrário do que se possa imaginar, a História dos oficiais da reserva do Exército Brasileiro não se iniciou no Rio de Janeiro ou em São Paulo, nem foi o resultado de alguma campanha militar na região Sul do Brasil, ou de alguma disputa fronteiriça na região Norte do país. A história desses oficiais se inicia nos campos de batalha europeus em 1914. Seja nas enlameadas trincheiras da França ou da Bélgica, nas duras condições dos combates nos Apeninos, seja sob o frio das estepes russas, ou sob o calor escaldante do Saara, a história dos oficiais da reserva do Brasil foi uma consequência direta da “guerra para pôr fim a todas as guerras”: a I Guerra Mundial.

Desde o final do século XIX os países europeus vinham se rearmando e desenvolvendo tecnologias cada vez mais avançadas de combate. A Revolução Industrial possibilitara que a fabricação de armamentos fosse feita em larga escala, e a

¹⁷ Oficialmente a guerra só começou em 1865, mas as agressões do Paraguai ao Brasil se iniciaram ainda em 1864. (N. A.).

¹⁸ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rózas e contra o Paraguai. In: **Enciclopédia Rio-grandense**. Editora Regional, Canoas, 1956.

¹⁹ CASTRO, Celso. **Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

²⁰ **História Oral do Exército: formação de oficiais da reserva**. / Coordenador-geral Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

tecnologia passou a ser um ponto decisivo na guerra. Exércitos nacionais passaram a contar com mecanismos de mobilização em caso de conflito, e a guerra foi lentamente mudando de aparência. Desde Waterloo (1815), o embate campal na região da Bélgica que selara o fim definitivo do domínio bonapartista sobre a Europa, pondo um fim às Guerras Napoleônicas, com exceção de um ou outro conflito de menor proporção, os Estados-Nacionais europeus não se enfrentavam em um grande embate territorial. Contudo, o cenário estava posto, só faltava o motivo. O estopim veio no dia 28 de julho de 1914, com a invasão da Sérvia pela Áustria-Hungria, como retaliação pelo assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando por um nacionalista sérvio, alguns dias antes.

Na sequência os alemães invadiram a França pela Bélgica, a Inglaterra saiu em defesa da França e a Rússia atacou a Alemanha. Estava posto o cenário. Após o afundamento de navios brasileiros no litoral do país por submarinos alemães, o Brasil juntou-se aos Aliados (Tríplice Entente) contra os Impérios Centrais – cujos principais membros eram Alemanha, Áustria-Hungria e o Império Otomano. DARÓZ (2016) destaca que a participação brasileira no conflito foi reduzida e envolveu, de forma direta, uma pequena parcela da população. Contudo, apesar de poucos, oficiais brasileiros lutaram na frente ocidental, sob o Exército Francês, contra as tropas alemãs.

Figura 5 – Presidente do Brasil, Venceslau Brás declara guerra contra o Império Alemão.



Fonte: Venceslau Brás, 9º presidente do Brasil²¹.

²¹ Em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_na_Primeira_Guerra_Mundial#/media/File:Venceslau_Br%C3%A1s_declara_guerra_1917.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

Das lições tiradas do conflito, o Exército Brasileiro percebeu que a rápida substituição de oficiais subalternos e intermediários²² dos países Aliados, ante as enormes perdas sofridas no conflito, devia-se principalmente aos “Programas de Formação de Oficiais da Reserva” – em uma tradução livre – como o britânico e o norte-americano. No Reino Unido, os chamados “University Officers’ Training Corps (UOTC)”²³ existem aproximadamente desde 1642, época da Guerra Civil Inglesa, como é o caso do UOTC da Universidade de Oxford²⁴. Tais programas foram oficialmente estabelecidos em 1906 e, durante a I Guerra Mundial, aproximadamente 30 mil dos oficiais que serviram às Forças Armadas Britânicas eram oriundos desses estabelecimentos, situados nas Universidades e sob a tutela do Exército Britânico. T tamanha era sua importância para o exército britânico que um desses oficiais era T. E. Lawrence, mais conhecido como “Lawrence da Arábia”, imortalizado pelo filme homônimo de 1962 (MURPHY, 2011). Nos Estados Unidos, os estabelecimentos de oficiais da reserva são conhecidos como “Reserve Officers’ Training Corps (ROTC)”²⁵; sua origem remonta ao ano de 1862, apesar de terem sido formalizados desde 1915. Quando os Estados Unidos entraram na I Guerra Mundial, aproximadamente 17 mil homens haviam sido formados nos ROTC e estavam aptos para o combate na Europa. Em contrapartida ao modelo que viria a ser adotado pelo Brasil, tanto no sistema britânico como no norte-americano – apesar de serem de responsabilidade das FA – os UTCs ou ROTCs não são Unidades próprias ou situadas dentro de uma Organização Militar (OM); funcionam dentro das próprias universidades, propiciando uma maior interação entre os militares e a comunidade acadêmica.

Ciente das necessidades de se formar um corpo de oficiais da reserva, e tendo por base a experiência bem-sucedida do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, o Exército Brasileiro acatou as sugestões do então Capitão de Artilharia Luiz Araújo Correia Lima, que sugeriu a criação de um estabelecimento destinado à formação de oficiais para a reserva. Esse estabelecimento viria a se chamar “Centro de Preparação de Oficiais da Reserva”, ou simplesmente, CPOR. Correia Lima era um entusiasta dos

²² Oficiais Subalternos do Exército Brasileiro (em ordem hierárquica): Aspirante a Oficial, Segundo Tenente e Primeiro Tenente. Oficiais Intermediários do Exército Brasileiro: Capitão. Para mais informações sobre a hierarquia militar brasileira, ver “Quadro de Postos e Graduações”. (N. A.).

²³ University Officers’ Training Corps (UOTC), em português: Corpo de Treinamento de Oficiais da Universidade. Tradução livre. (N. A.).

²⁴ Em: <http://www.ox.ac.uk/world-war-1/places/oxford-university-officers-training-corps#>, consultado em 1º de maio de 2017.

²⁵ Reserve Officers’ Training Corps (ROTC), em português: Corpo de Treinamento de Oficiais da Reserva. Tradução livre. (N. A.).

modelos de mobilização militar. Por meio de diversas conferências e matérias em publicações militares especializadas, expôs seu pensamento de modo a mostrar a melhor forma como se deveria montar uma reserva militar especializada, voltada única e exclusivamente à formação de uma reserva especializada. É socialmente significativo o fato de que o alvo do recrutamento eram os jovens, oriundos das classes mais abastadas, que frequentavam os estabelecimentos de ensino superior. Isso evidenciava que a estrutura social vigente à época manifestava-se também no interior das Forças Armadas. Outro ponto que se teve de superar foi o fato de a Lei do Serviço Militar não estar completamente difundida; o recrutamento, ainda rudimentar, era feito na base de sorteio.

Figura 6 – Tenente-Coronel Correia Lima, idealizador dos Oficiais da Reserva no Brasil



Fonte: Sítio oficial do CPOR/RJ²⁶.

Apesar de todas as dificuldades e de toda a oposição encontrada, Correia Lima manteve-se firme. Uma tática utilizada para angariar o apoio da juventude foi, fardado, comparecer aos auditórios das Academias, subindo em qualquer tribuna e expondo a necessidade de recrutar aqueles que viriam a ser conhecidos como oficiais da reserva de 2ª Classe, ou simplesmente, oficiais R2²⁷, entre os jovens acadêmicos, representantes dos segmentos mais abastados da sociedade. A ideia inicial era criar um quadro de oficiais subalternos capaz de suprir as necessidades operacionais do Exército caso o Brasil viesse a se defrontar com uma nova guerra. Ao mesmo tempo, ao fazer a opção por universitários oriundos da elite político-econômica da Primeira República – futuros médicos, advogados, engenheiros, diplomatas, entre tantas outras profissões –, buscava divulgar o Exército para a sociedade. Um pensamento bem comum no contexto da República Velha era a ideia de que para se ter maior penetração na sociedade seria

²⁶ Em: <http://www.cporj.ensino.eb.br/patrono.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

²⁷ Os Oficiais da Reserva de 1ª Classe são os oriundos das Academias Militares. Os R2 são oriundos dos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFORs). (N. A.).

preciso investir nas classes mais abastadas, pois estas supostamente estariam mais aptas a liderar o país. Como os oficiais podiam chegar no máximo à patente de capitão, quando de sua passagem para a reserva, seriam a ponte entre as Forças Armadas e as instituições civis.

3) CPORs, NPORs e uma Nova Guerra Mundial

Em 22 de abril de 1927, foi criado o primeiro Órgão de Formação de Oficiais da Reserva do Brasil (OFOR), o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR/RJ), tendo como seu primeiro comandante o Capitão Vieira Lima. Inicialmente os CPOR possuíam apenas dois cursos: o de Formação e o de Aperfeiçoamento. O curso de Formação destinava-se a capacitar nas artes militares e nas modernas técnicas de combate, civis oriundos de estabelecimentos de Ensino Superior, fossem eles alunos ou já diplomados. O de Aperfeiçoamento era uma continuação do de Formação; seu foco era a instrução dos oficiais do Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (CORE)²⁸.

Figura 7 – Fachada do CPOR/SP

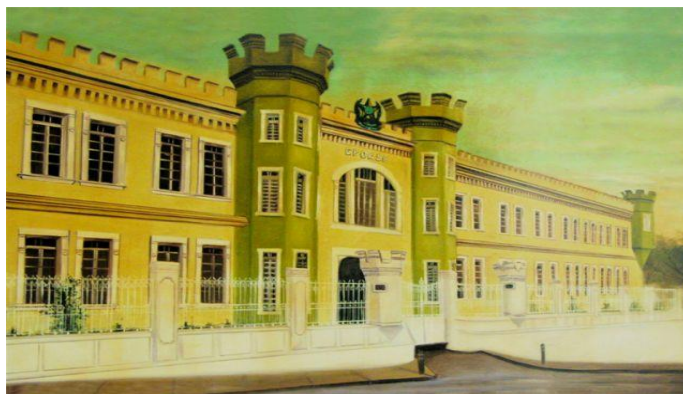


Figura Fonte: Sítio oficial do CPOR/SP²⁹

Devido ao sucesso tanto na capacitação de jovens quanto do modelo de ensino adotado, durante toda a década de 1930 o modelo dos CPOR se expandiu pelo Brasil. Ainda em 1928 foi criado um CPOR na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul³⁰, pois devido aos conflitos ocorridos na região Sul durante o século XIX, era

²⁸ **História Oral do Exército: formação de oficiais da reserva.** / Coordenador-geral Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

²⁹ Em: <http://www.cporsp.ensino.eb.br/index.php/imagens/1-galeria-de-imagens-01/detail/1-fachada-do-cpor-sp>, consultado em 2 de maio de 2017.

³⁰ Em: <http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/historia>, consultado em 2 de maio de 2017.

imperativo ter ali uma tropa bem treinada; grande parte das Unidades do Exército estava concentrada naquela região e no Rio de Janeiro. O ano de 1930 viu surgir a criação de mais dois CPORs, em São Paulo³¹ e em Minas Gerais³². Em São Paulo, na capital do estado, e em Minas Gerais, inicialmente em Juiz de Fora, sendo transferido para Belo Horizonte somente em 1936. Em Recife (PE), foi instalado um CPOR em 1933³³. Esses cinco CPORs permanecem ativos até os dias de hoje, enquanto outros foram desativados, como o de Belém (PA), criado em 1937 e fechado em 1968³⁴.

Na madrugada de 1º de setembro de 1939, sem uma declaração formal, a Wehrmacht (Forças Armadas da Alemanha nazista) invadiu a Polônia; era o início do que viria a ser conhecido como a II Guerra Mundial³⁵. Não demorou para que a guerra que se iniciara na Europa se alastrasse para a África e a Ásia, e finalmente para a América. Os Estados Unidos entraram na guerra em 8 de dezembro de 1941, após o ataque japonês a “Pearl Harbor”, base naval norte-americana no Havaí.

A II Guerra Mundial evidenciou a importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos pela grande quantidade de matérias-primas disponibilizadas para a indústria bélica, além da necessidade de manter a segurança de sua retaguarda e do Atlântico Sul, pois fornecia aos norte-americanos produtos agrícolas e minerais estratégicos³⁶. Em um primeiro momento o Brasil procurou manter sua neutralidade, mas com os sucessivos ataques por parte de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros, a situação ficou insustentável, culminando com uma declaração formal de guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista, em agosto de 1942.

Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, o Exército ficou responsável por patrulhar e guarnecer o litoral brasileiro, e também por enviar uma Força Expedicionária para lutar na Europa no teatro de operações italiano. Com isso, foi necessário um aumento do efetivo das Forças Armadas. Foi feita uma convocação expressiva de oficiais R2, além de terem sido criados mais CPORs e de ter sido posto

³¹ Em: <http://www.cporsp.ensino.eb.br/index.php/historico-2>, consultado em 2 de maio de 2017.

³² Em: <http://www.cporbh.ensino.eb.br/index.php/historico-do-cmbh>, consultado em 2 de maio de 2017.

³³ Em: <http://www.cporr.eb.mil.br/index.php/documento-de-criacao>, consultado em 2 de maio de 2017.

³⁴ O CPOR de Belém foi desativado em 1968 e transformado em NPOR, passando a funcionar no 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), atual 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), onde se acha até os dias de hoje. (N. A.).

³⁵ CAWTHRONE, Nigel. *Blitzkrieg: O Plano Estratégico de Hitler para Conquistar a Europa.* / 2015 – São Paulo – M. Books do Brasil Editora Ltda.

³⁶ ALMEIDA, Carlos Fernando E. de. *Segunda guerra mundial e seus reflexos no Brasil.* – Brasília, DF: Thesaurus, 2015. 293 p.

em prática um novo modelo que viria a revolucionar a formação de oficiais da reserva do Exército Brasileiro: os Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPORs).

Os CPORs e os NPORs possuem a mesma função no Exército Brasileiro: capacitar jovens universitários para se tornarem oficiais da reserva de 2ª Classe da Força Terrestre. Todavia, a forma como executam isso possui algumas diferenças fundamentais. A principal diferença entre os CPORs e os NPORs é o fato de que, enquanto os CPORs são estabelecimentos de Ensino Militar, ou seja, são eles próprios Organizações Militares (OMs), possuindo uma estrutura específica voltada ao ensino e contando com autonomia administrativa, além de instalações (quartel) próprias, eles realizam a formação de mais de uma Arma, Serviço ou Quadro do Exército Brasileiro³⁷. Já os NPORs, por serem núcleos, são órgãos dependentes. Os NPORs estão inseridos no seio das Unidades de Corpo de Tropa, ou seja, funcionam dentro dos quartéis das mais variadas Armas, Serviços e Quadros, ministrando apenas um (ou no máximo dois) curso(s) da mesma natureza do quartel em que estão inseridos. Assim, se o quartel for de Infantaria, o curso ministrado no NPOR deste quartel será de Infantaria. Se for um quartel de cavalaria, o curso será de Cavalaria, e assim por diante. Em alguns casos são ministrados mais de dois cursos, mas são poucas as Unidades do Exército que o fazem³⁸. Os NPORs funcionam normalmente em cidades de interesse do Exército, que contem com estabelecimentos de Ensino Superior de ponta, destacando-se por sua importância e elevado número de alunos.

Os nove primeiros NPORs foram implantados com o objetivo de completar os efetivos formados pelos CPORs. Em 1962, já existiam 17 NPORs em todo o Brasil³⁹. O Exército também expandiu seus CPORs, a exemplo do de Fortaleza (CE)⁴⁰, criado em 1942, por ocasião da entrada do Brasil na II Guerra Mundial, de modo a acelerar a formação dos oficiais que seriam enviados para combater na Europa. Também a Força

³⁷ Sob a denominação de Militar do Exército Brasileiro existe uma ampla gama de especializações desempenhadas por cada integrante da Força Terrestre. A grande divisão dessas especializações é definida pela Arma, Quadro ou Serviço a que pertence um militar do Exército. As Armas englobam o militar combatente por excelência, tradicionalmente a atividade-fim da profissão. Os Quadros reúnem os militares que, de origem diversa, aglutinam-se nesses quadros com uma finalidade geral própria. Por fim, há os Serviços que, como o termo indica, têm uma atividade de apoio bem definida, normalmente de cunho logístico.

³⁸ Um exemplo é o 32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC), situado em Brasília (DF). A rigor, o 32º GAC era apenas um NPOR de Artilharia. Desde 2009 funciona, além do Curso de Artilharia, também o Curso de Intendência. Unidades assim são a exceção, não a regra dos NPORs. (N. A.).

³⁹ **História Oral do Exército: formação de oficiais da reserva.** / Coordenador-geral Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

⁴⁰ Em:

http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?pageNum_listafatos=224&totalRows_listafatos=30565, consultado em 2 de maio de 2017.

Aérea Brasileira (FAB), ainda em seus primórdios, optou pela criação de um CPOR para aumentar seus quadros. Não podendo a Escola de Aeronáutica formar, por si só, todos os oficiais-aviadores necessários à Força Aérea Brasileira durante a guerra, foi desde logo cogitada a formação de oficiais-aviadores da reserva⁴¹. O primeiro CPOR de Aeronáutica foi instalado na Base Aérea do Galeão (RJ) em 1942; na sequência, foram criados mais dois CPORs, nas Bases Aéreas de São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS), respectivamente. Ao todo foram formados 461 oficiais-aviadores da reserva durante os quatro anos de guerra; esses oficiais, vinte anos depois, passaram a constituir a maioria dos comandantes da Aviação Comercial e dos Oficiais Superiores da Força Aérea Brasileira⁴².

Além da criação dos NPORs e do aumento no número de CPORs – alguns dos quais viriam a se converter em NPORs nos anos posteriores ao fim da guerra –, o conflito mundial ficou caracterizado por ter sido o “batismo de fogo” dos oficiais R2 brasileiros. Como explicado anteriormente, países como Reino Unido e Estados Unidos há muito já se utilizavam de oficiais oriundos de Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFORs). A utilização deste modelo por esses países na I Guerra Mundial serviu de inspiração para o Brasil. Entretanto, mesmo em voga desde o final da década de 1920, o modelo de CPOR ainda não havia sido testado na prática. Um dos seus objetivos, de atrair jovens acadêmicos, a elite político-econômica da sociedade brasileira, para o Exército havia sido alcançado. Todavia, os oficiais formados em estabelecimentos de ensino da reserva ainda não haviam visto um campo de batalha nem haviam sido testados na prática. Tal fato foi alterado por ocasião do envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater na II Guerra Mundial. Dos 1.070 Tenentes e Aspirantes que integraram a FEB, 433 eram R2, ou seja, aproximadamente 40% do efetivo. Da mesma forma, dos 12 oficiais brasileiros que perderam a vida no conflito, a metade era de R2. Durante o conflito, com as baixas sofridas em combate, os oficiais R2 foram galgando postos que não atingiriam em situações de normalidade⁴³, o que demonstra a importância dos R2 para a FEB.

⁴¹ LAVENÈRE, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. – Rio de Janeiro. Gráfica Brasileira Ltda. 1975.

⁴² LAVENÈRE, Nelson Freire. **História da Força Aérea Brasileira**. – Rio de Janeiro. Gráfica Brasileira Ltda. 1975.

⁴³ Ao contrário do modelo norte-americano, em que não há diferença entre um oficial formado em uma Academia Militar e um oficial formado em ROTC, ambos podem chegar a General de Exército, posto máximo da carreira, no modelo brasileiro; já o oficial R2 pode chegar apenas ao posto de 1º-Tenente; à época da II Guerra, chegava-se até Capitão. Com as baixas sofridas na Itália, alguns oficiais R2 foram promovidos a postos acima do previsto, como, por exemplo, Tenente-Coronel. (N. A.).

Vale destacar que o combatente brasileiro mais agraciado com comendas foi o então 1º-Tenente de Infantaria R2, Apollo Miguel Rezk, o único combatente não estadunidense a ser agraciado com a *Distinguished-Service Cross* (Cruz de Serviços Notáveis), considerada a mais importante condecoração de bravura do governo dos EUA e somente concedida a três combatentes na Campanha da Itália. O Tenente Apollo recebeu, também, a *Silver Star* (Estrela de Prata), além de quatro condecorações de guerra brasileiras: Medalha de Campanha, a Cruz de Combate de 1ª Classe, a Medalha de Sangue do Brasil e a Medalha de Guerra⁴⁴. O 1º-Tenente Apollo, assim como tantos outros oficiais R2 que serviram na Itália, mostrou que o objetivo de se montar uma reserva capaz de ser mobilizada para atuar em situações de conflito havia sido alcançado. Com o sucesso obtido no teatro de operações italiano, não restam dúvidas de que a formação do oficial da reserva não ficava aquém da do oficial de carreira.

Figura 8 – 1º-Tenente Apollo Miguel Rezk, herói de La Serra.



Fonte: Sítio oficial do CPOR/RJ⁴⁵.

4) O Curso de Formação da Reserva do Exército, o BGP e o Trabalho de Campo

Atualmente, as vagas para as matrículas nos CPOR/NPOR são destinadas a brasileiros que atingirem a idade de prestação do serviço militar inicial e estiverem cursando um estabelecimento de Ensino Superior reconhecido pelo Ministério da

⁴⁴ **Fonte:** Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), DIEx nº 783-Sub Sec. Proj. Cul./SPPC/DPHCEX.

⁴⁵ Em: <http://www.cporj.ensino.eb.br/personalidades.html>, consultado em 2 de maio de 2017.

Educação (MEC). Desde sua criação, permanecem praticamente inalterados os critérios para se cursar um OFOR. Os critérios são os seguintes:

- Ser brasileiro nato;
- Ser estudante universitário (estar matriculado em estabelecimento de Ensino Superior reconhecido pelo MEC);
- Estar apto na inspeção de saúde;
- Ser aprovado em Teste de Aptidão Física (TAF) e exame intelectual; e
- Realizar entrevista.

Todos os NPORs são vinculados técnica e pedagogicamente a um CPOR, segundo áreas de jurisdição predefinidas, e seguem o mesmo modelo de formação adotado nos seus respectivos Centros. No caso do NPOR do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP), foco deste trabalho, o Centro a que ele se vincula é o CPOR/RJ.

O Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) foi criado em 18 de janeiro de 1823, após a Independência do Brasil, com a denominação inicial de “Batalhão do Imperador”. Foi criado por Dom Pedro I para ser sua guarda pessoal, além de também consistir num instrumento para apaziguar os ânimos na região do Rio de Janeiro, que vinham se acirrando desde a declaração da Independência, ocorrida no ano anterior. O Batalhão foi formado como uma unidade de elite, sendo composto por infantes e granadeiros selecionados pessoalmente pelo Imperador. Em 1825, deslocou-se para a Província Cisplatina, em Montevideu, com o objetivo de atuar na Colônia do Sacramento, tendo ali o seu “batismo de fogo”. Com a abdicação de Dom Pedro I, e por falta de normatização, o Batalhão foi extinto.

A Unidade voltaria a ser criada somente por Getúlio Vargas, em 1933, agora sob a nova denominação de “Batalhão de Guardas”. Envergava, em ocasiões solenes, o mesmo uniforme especial, exibindo as tradições herdadas da Infantaria do Império. Lutou contra a “Intentona Comunista” (1935) e desbaratou o Levante Integralista (1937). Em 1960, com a inauguração de Brasília, sua sede foi transferida para a nova Capital Federal. Com a vinda da Unidade para o Planalto Central, passou também a ter a nova denominação: “Batalhão da Guarda Presidencial”.

O NPOR do BGP é o 1º NPOR de Infantaria da guarnição de Brasília, e sua criação se deu no ano de 2009⁴⁶, sendo a primeira turma formada no ano de 2010. O NPOR do BGP é o centro da análise. Além dele foram visitados os seguintes NPORs:

- 32º Grupo de Artilharia de Campanha (32º GAC), sediado em Brasília (DF);
- 2º Batalhão de Infantaria de Selva (2º BIS), sediado em Belém (PA);
- 20º Regimento de Cavalaria Blindada (20º RCB), sediado em Campo Grande (MS).

Além desses NPORs, foram visitados diversos outros Comandos e Unidades, onde foram conduzidas conversas com oficiais egressos de NPOR e realizadas entrevistas com diversos militares.

Figura 9 – Os já aspirantes a oficial dos dois NPORs da Guarnição de Brasília “apresentam arma” com suas espadas, símbolo do oficialato.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O estudo realizado faz uma análise da Formação do Oficial da Reserva do Exército Brasileiro, tendo por base o estudo de caso do NPOR/BGP. As atividades do referido Núcleo foram acompanhadas ao longo de todo o ano de 2016, do período de incorporação até a formatura do aspirantado. As informações aqui contidas são fruto de uma extensa pesquisa etnográfica, na qual foi avaliado o que faz com que, ao final de um ano de instrução, jovens civis, estudantes universitários, tornem-se Oficiais Combatentes Temporários de Infantaria, aptos a comandar as pequenas frações do Exército Brasileiro.

⁴⁶ Portaria nº 035 – EME, de 11 de maio de 2009.

O foco da análise não é a parte formal do curso, a instrução militar, mas a vida na caserna, o dia a dia desse microcosmo tão particular, completamente desconhecido para muitos que nunca vestiram uma farda. Porém, acima de tudo, a análise é centrada nos indivíduos. O interesse é compreender quem são os jovens que optam por cursar um OFOR durante seu serviço militar, analisar suas origens, compreender suas motivações e as mudanças pelas quais passam nesse período de um ano. Observar que a mudança se dá não apenas nos padrões de comportamento, mas também fisicamente; como as ações e as feições se transformam, e como estudantes universitários se convertem em oficiais do Exército Brasileiro. Nesse sentido, o trabalho busca compreender um processo de mudança cultural.

1) O Aluno

Jovens universitários na flor da idade, contando com seus 18, 19 anos. Pela frente, duas opções: uma rotina que misture estudo e trabalho, ou apenas as atividades universitárias; nos dois casos, sem muitas preocupações, sendo muitas das vezes a maior delas, as provas de final de semestre. Sejam eles ricos ou pobres; negros, índios, brancos ou mestiços; altos ou baixos; em comum, quase nada: origens diferentes, histórias diferentes, experiências diferentes. Todavia, pelos próximos dez meses sua rotina será a mesma. Suas refeições serão iguais, seus horários serão bastante rígidos, seu endereço será um só, suas roupas possuirão a mesma estampa e até o corte de cabelo seguirá o mesmo padrão: uma cabeça praticamente calva, com o cabelo raspado na máquina um em cima e “zero alto” nas laterais. O que faz com que esse público tão diverso passe a ter atitudes similares de uma hora para a outra? O que faz com que essa variedade de indivíduos passe a se parecer tanto em tão pouco tempo? O elemento aglutinador, o responsável por essa mudança sociocultural na vida desses universitários chama-se Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro.

Durante dez meses, o Ano de Instrução, esses jovens partilharão tudo. Serão integrados ao Exército na condição de alunos a oficial e passarão por um radical processo de transformação. Não serão transformados em “cães de guerra”, como mostrado pelos filmes sobre a Guerra do Vietnã – apesar de alguns dos Alunos, quando incorporados ao Exército, pensarem assim –; mas passarão por diversas mudanças: de hábitos, sociais e até físicas. Incorporarão os valores militares e aprenderão a se pautar pelos dois pilares máximos das Forças Armadas: Hierarquia e Disciplina⁴⁷.

Em termos sociológicos, pode-se dizer que o jovem será iniciado num novo papel social, na acepção que este conceito assume no livro “Perspectivas Sociológicas”, de Peter Berger: “Um papel, portanto, pode ser definido como uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada” (BERGER, 1986, 108). O objetivo não é “quebrar o indivíduo para depois refazê-lo”, mas aproveitar-se do que ele sabe e torná-lo melhor, dentro da perspectiva do Exército: alguém que será capaz de comandar as pequenas frações da tropa. O processo não é fácil; na verdade, é uma árdua caminhada, tanto que

⁴⁷ Valores, Deveres e Ética Militares, em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/vadem-mercum/86-cerimonial/vade-mecum/120-valores-deveres-e-etica-militares>, consultado em 19 de junho de 2017.

muitos ficam pelo caminho, muitos desistem antes mesmo de começar; mas para os que decidem continuar, a recompensa ao final de um ano de intensas atividades é uma estrela no ombro e uma espada na mão, sendo finalmente nomeados: aspirantes a oficial do Exército Brasileiro.

2) A “Semana Zero”

Depois de concluírem todas as fases do Alistamento Militar Obrigatório, que incluem provas físicas e escritas, testes psicológicos, checagem de bons antecedentes e uma bateria de entrevistas, são selecionados de trinta a quarenta jovens, variando de acordo com o NPOR em que são matriculados⁴⁸. No NPOR do BGP são trinta jovens. Depois de selecionados, estes rapazes passarão pela chamada “Semana Zero”, pois antes de ingressarem nas fileiras do Exército os candidatos que foram aprovados em todas as etapas do processo seletivo do NPOR são submetidos a uma semana de adaptação à rotina militar. Durante esse período ainda é possível desistir do curso, sendo chamado para recompor sua vaga o indivíduo na sequência classificado nas provas. Como são trinta alunos, são os trinta primeiros colocados; na sequência vem o trigésimo primeiro, e assim por diante. Na “Semana Zero”, que pode variar de três a cinco dias de adaptação, os candidatos ainda não são militares, pois ainda não tiveram sua matrícula efetuada no Exército; contudo são tratados como tal e até pior. O objetivo dessa semana é perceber aqueles que possuem as “capacidades”, conforme o que está expresso no manual, para se tornar militares e alguns eventuais “aventureiros”, como os militares mais antigos gostam de se referir a aqueles que “pensam que o Exército é uma colônia de férias”, eliminando os que ainda estão em dúvida se fizeram a escolha certa.

⁴⁸ A fim de facilitar a narrativa, adotam-se para este texto trinta alunos, o padrão do NPOR do BGP. (N. A).

Figura 10 – Candidatos realizando o Processo Seletivo para o NPOR/BGP.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

É um período interessante, pois é quando a “carga” sobre os alunos é mais intensa. É nessa fase em que “tudo é alteração”, como costumava dizer um Sargento. Um exemplo disso é que, até mesmo o mais leve sorriso, quando em forma, é passível de punição. Afinal, quando em forma, “tem de fazer cara de puto”, como sempre repetia outro Sargento. Uma das mais comuns é “conhecer os motoristas de ambulância”. Como a enfermaria e, por conseguinte, as ambulâncias ficam situadas na extremidade oposta do quartel, o Al que esboçar o menor movimento com a boca tem – depois de ser arguido se o instrutor ou monitor é “dentista ou palhaço para ficar arrancando sorrisos” – de correr até a ambulância e perguntar o nome do motorista da viatura, tendo apenas um minuto para ir e voltar. Como muitos extrapolam o tempo, têm de refazer o percurso até conseguirem. Não é raro, ao final da “Semana Zero”, encontrar Al que sabem de cor o nome de todos os motoristas de ambulância do quartel, de tantas vezes que realizaram o percurso.

Já em meu primeiro dia em campo, percebi que os candidatos estavam em processo de adaptação à rotina militar, pois enquanto conversava com um dos membros da Equipe de Instrução (EI), os Al vinham pelo pátio em forma, marchando, numa marcha ainda descoordenada, mas estavam começando a aprender as funções. À frente da tropa vinha um tenente, que se revezava entre uma canção e outra, e dizia: “Esquerda! Direita! Um! Dois!”, dando cadência ao passo dos rapazes. Cenas como essa se repetiriam pelos próximos três dias, bem como a forma dura no tratamento, sem xingamentos ou ofensas, mas com perguntas constantes sobre se o indivíduo tinha

certeza de que queria integrar o Exército. Essa é uma cena recorrente em todos os NPORs, justamente de modo a “separar o joio do trigo”, ver de fato quem quer permanecer e quem não aguenta nem um pouco de pressão e já desiste.

Nessa turma do BGP em particular, a EI foi “bem-sucedida” em fazer alguns candidatos desistirem: até o último dia possível de desistência, ao final da primeira semana de curso, 13 candidatos “pediram pra sair” no total. Essa carga extra é comum a todos os cursos militares, não podendo ser vista como uma exclusividade do NPOR, mas nessa turma em específico, foi bastante expressivo o montante de candidatos que saiu, pois normalmente não passa de cinco. Em outras Unidades visitadas, como, por exemplo, o 1º Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS), sediado em Belém (PA), os desistentes não chegaram a quatro. Por ser uma semana de adaptação, não são ministrados muitos conteúdos; ocorrem mais conversas com os instrutores e monitores, e é passado o básico da militar. O curso começa de fato com a incorporação, momento em que os candidatos vão oficialmente passar a fazer parte do Exército Brasileiro.

3) Incorporação e Internato

Oficialmente, as atividades foram iniciadas no dia 29 de janeiro de 2016, dia da incorporação dos novos alunos. A cerimônia de incorporação é especial, pois marca a entrada oficial do até então candidato na vida militar. O jovem entra, já marchando, mas ainda em trajes civis, com terno, gravata e sapatos pretos, além de blusa branca; tem à frente um oficial instrutor que também fez NPOR, e se dirige para o Pátio de Formaturas da Unidade, de onde, depois de se apresentar ao comandante da Unidade, segue para o alojamento para vestir a farda camuflada do Exército. Depois, já fardado, retorna ao Pátio de Formaturas para dar continuidade à cerimônia. É uma ocasião importante, pois além de contar com a presença dos familiares, marca o momento de fato em que passa a fazer parte da Força Terrestre do Brasil. É também uma importante ocasião para acostumar, o agora já aluno, a uma das características da vida militar: as cerimônias e formaturas. Essa foi a primeira de muitas que se sucederam ao longo de todo o Ano de Instrução (AI). Para regressar como oficial, muitas mais ainda virão.

Figura 11 – Formatura de incorporação dos alunos do NPOR/BGP.



Fonte: Sítio oficial do BGP⁴⁹.

No caso dos Al do BGP, o momento em que entraram marchando no quartel chamou a atenção de todos os presentes, principalmente pela marcialidade apresentada pelos Al. Considerando-se que acabaram de ingressar na vida militar e tendo tido apenas três dias de “Semana Zero”, aos olhos de todos, saíram-se muito bem, recebendo até mesmo um elogio do Comandante da Unidade. O ápice foi a entrada, todos de terno e gravata, e na sequência a troca de roupa e a reentrada no Pátio de Formaturas General Adhemar da Costa Machado (PFGADCM). Desta vez, com o uniforme do Exército de Caxias. Depois da formatura foi proferida uma palestra aos pais, familiares e alunos, pelo Cmt BGP. O tema foi “A História do Exército Brasileiro e do Batalhão da Guarda Presidencial”. Como frisado pelo coronel, a palestra teve por objetivo “orientar os familiares e, em especial, os alunos, sobre a magnitude do que eles agora fazem parte. Ao contar a História da Instituição, lhes é permitido ter uma noção maior do papel desempenhado pela Força Terrestre na biografia do Brasil”. A cerimônia foi encerrada com um coquetel; em seguida, os Al foram dispensados, retornando apenas no domingo à noite, de modo a iniciarem a primeira das duas semanas de internato.

Depois de todas as cerimônias e de uma breve introdução ao que é o Exército, começa a “coisa de verdade”, que é como a EI se refere ao internato. Durante duas semanas, os Al ficam confinados ao quartel, com uma rotina que se inicia às seis horas da manhã, hora em que é dado o toque de alvorada da Unidade, e não tem hora para acabar, pois mesmo que as instruções estejam previstas para terminar às dez horas da noite, hora do toque do silêncio, são tantas as tarefas, como passar a farda para o dia

⁴⁹ Em: <http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/204-incorporacao-do-npor>, consultado em 19 de junho de 2017.

seguinte, deixar o material arrumado, realizar as tarefas extraclasse das instruções, que os AI normalmente não conseguem dormir antes de uma hora da manhã. Essas duas semanas, com apenas um intervalo de dois dias entre elas – os que tiveram bom comportamento são autorizados a passar o final de semana em casa –, visam acostumar os jovens à dura rotina militar. Tanto que o primeiro dia de internato foi o início formal de minha incursão sociológica com o NPOR/BGP. Os AI estavam assistindo à primeira instrução, das quatro que teriam naquele dia, além de um tempo dedicado ao Treinamento Físico Militar (TFM). O conteúdo que estava sendo ministrado é o do capitão, a mais alta patente naquele microcosmo social. Foi o primeiro contato do Instrutor Chefe (IC) com a tropa, agora já alunos a oficial do Exército, com direito a fardamento e corte de cabelo estilo “reco”. Um pouco diferente do meu ano, pois apesar de termos cortado o cabelo na Semana Zero, só fomos receber o uniforme lá pelo terceiro dia após a incorporação.

Em relação aos AI, o mais interessante eram as caras (ainda) assustadas. Havia muitas perguntas, de natureza bem variada. Um tanto atrapalhadas, meio desorientadas, com problemas inclusive de formulação, talvez por não saberem ao certo como se expressar, pois muitos ainda não haviam se habituado à formalidade do Exército. O fato de ter de se dirigir aos superiores hierárquicos por “senhor”, como “sim, senhor” ou “não, senhor”, ainda gerava estranhamento. Um rapaz me confessou que não chamava nem o pai de “senhor” e por isso tinha “receio em se dirigir aos superiores”. O interessante de se observar é que esse problema no tratamento para com os superiores, apesar de não ser exclusividade dessa turma, não se repetiu em outros NPORs visitados. Tanto no 1º BIS em Belém, quanto em uma visita mais recente ao NPOR do 20º Regimento de Cavalaria Blindada (20º RCB), sediado em Campo Grande (MS), os AI disseram não ter problemas em chamar seus superiores de “senhor”, pois já o faziam em casa com os pais ou com os avós. Ou até mesmo nas Universidades, com seus professores.

É perceptível um elemento do local e do ambiente social onde estão envolvidos. Em cidades mais antigas, como Belém, ou em locais onde a tradição familiar impera, como Campo Grande, as formas de tratamento são diferentes. Nessas cidades, os jovens, ao que tudo indica, estão acostumados a chamar os mais velhos de “senhor”. Já em Brasília, há uma diferença clássica entre civis e militares, pois, a não ser entre aqueles vindos recentemente de cidades mais tradicionais, em uma instituição de ensino civil, é um acontecimento raro o tratamento formal para com os professores. Em

contrapartida, nas Forças Armadas os jovens são, desde o início, obrigados – depois adquirem o hábito – a ter um tratamento mais polido para com seus superiores.

Outro elemento da vida de Al que chamava a atenção é a confusão inicial com os próprios números. Ao entrarem para o curso os Al recebem um número de acordo com a ordem alfabética. A explicação que me foi oferecida em meu Ano de Instrução para essa prática é pelo fato de ela tanto “facilitar” a vida da EI em relação a memorizar melhor quem são os alunos, quanto no tocante ao aspecto psicológico de lembrar o indivíduo que, uma vez no curso, ele não é nada mais que um número. Uma perda de identidade com dois aspectos. O primeiro é lembrar ao sujeito que agora ele é parte da massa, como se suas características individuais não importassem mais; o outro é fazer justamente que sem essa diferenciação de nomes, ou seja, de definidores de personalidade e individualidade, ele se lembre de que agora é apenas mais um na tropa, e que na tropa só se conseguem as coisas em conjunto. É uma forma de nivelar todos os membros.

A cabeça dos Al sofre uma verdadeira reviravolta. São muitas informações passadas em tão pouco tempo, sendo cobradas de imediato. Há no Exército um ditado, repetido constantemente em toda Instituição de Ensino Militar (IEM): “Uma vez ensinado, cem vezes praticado, mil vezes cobrado!”. E assim se seguem, pelo resto do dia, várias instruções na sequência. Sempre que um conteúdo era finalizado, ocorria uma sabatina, de modo a “incentivar os Al a estarem sempre atentos”, como disse um dos Tenentes. Em dado momento da instrução, um aluno se levantou e veio assistir à instrução no fundo da sala, ao lado de onde me encontrava sentado. Perguntei se o motivo era sono, ele respondeu que muito. Indaguei se acordaram cedo, ao que respondeu afirmativamente, e completou: “Às quatro da manhã”. Essa é uma prática comum nas instruções militares; se estiver com muito sono, o militar se levanta e vai assistir ao conteúdo em pé, no fundo da sala; caso seja grande o cansaço e apenas ficar de pé não funcione, os Al começam a fazer flexões. Dez, vinte, trinta, quantas forem necessárias para impedir que o cansaço se aposses deles.

Aqui há um fato sociologicamente interessante, pois é uma situação impensável de ocorrer em uma Universidade, o outro ambiente de ensino frequentado pelos rapazes. Causaria, no mínimo, estranheza alguém se levantar e ir para o fundo de um anfiteatro na UnB para evitar o sono! Mais ainda, se alguém começasse a fazer flexões no meio da aula de Sociologia ou de outra disciplina, algo extremamente normal em ambientes de instrução militar, prática inclusive incentivada por alguns instrutores e monitores que,

para dar uma “animada na turma”, se percebem que o cansaço é coletivo, chamam todos para uma sessão de flexões. Mais para frente no curso, em uma das conversas que tive com os AI, quando indagados quais dos comportamentos haviam mudado depois de sua entrada no Exército, a resposta que teve mais adeptos foi: “a vontade de fazer flexão quando batia a vontade de ‘torar’ na Universidade”, jargão militar para dormir. Essa situação se repete em outros NPORs, mas os AI frisam que, por acharem que tal atitude geraria estranhamentos, não o fazem.

O período de internato segue basicamente a mesma rotina todos os dias. Nesse período os rapazes aprendem que sua cama deve ser arrumada todos os dias, com uma arrumação específica para cada dia da semana; que devem se barbear a cada nova manhã “e não na noite anterior”, como dizia um dos sargentos, pois o militar tem sempre as feições “escanhoadas”; que “banho bom é banho gelado”; ou seja, basicamente é o período em que toda a disciplina militar lhes é transmitida. Para além das instruções em sala, são vários os fatores com os quais os AI têm de se acostumar: entre os quais uma longa rotina de marchas e toques, pois é o período no qual aprendem como funciona o quartel – tanto que todos os deslocamentos dentro da Unidade, seja do alojamento para o rancho, onde consumirão suas refeições, ou para qualquer outro lugar na OM, é feito em forma – ou ainda um elemento visto por uns como o momento de relaxamento e por outros, principalmente os que carecem de preparo físico, como um dos mais tortuosos: o Treinamento Físico Militar, ou simplesmente, TFM.

Figura 12 – Quadro de “Arrumação de Roupa de Cama”, que os alunos têm de seguir diariamente.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

No último dia de internato, para marcar o fim do período, é realizada uma gincana. Tradicionalmente em organizações militares, todo longo período de confinamento termina com uma competição que visa “elevar o moral da tropa”, como dizem no Exército. Isso se dá por meio de uma competição que envolve força e resistência, tanto física quanto mental, mas em especial um esforço físico. Em Unidades

da Arma de Infantaria, tais competições têm um sentido ainda mais especial, pois na configuração das Forças Armadas os infantess desfrutam da fama de serem os mais durões e fazem questão de sempre enfatizar isso perante as outras Armas, Quadros e Serviços.

A atividade do BGP transcorreu de forma rápida e foi uma oportunidade de os Al testarem os “laços de camaradagem forjados ao longo de duas semanas”, como me disse um deles, pois como estavam divididos em duas equipes, Pelotões I e II, cada um com 15 integrantes, cada time teria de utilizar o que tinha de melhor em termos humanos para alcançar a vitória. O exercício é também uma forma de, como estão sendo capacitados para serem comandantes de pelotão, aprenderem a liderar equipes e alocar o pessoal humano à disposição da melhor maneira, de modo a cumprir as atividades. Além de, da perspectiva da EI, poderem identificar aqueles que naturalmente se destacam em função de liderança e aqueles que precisam “ser mais bem trabalhados”, como disse o capitão. Na prática, o que ocorreu foi a vitória do 2º Pelotão e, apesar de alguns membros do pelotão adversário terem pensado que tudo se deu pela vantagem obtida na última parte da prova, a corrida final, foi o conjunto que levou ao melhor desempenho da equipe vencedora, pois desde a primeira prova mantiveram um bom desempenho. Para a EI, uma oportunidade prática de dar uma lição valiosa para as Forças Armadas: uma batalha não ganha a guerra, pode-se obter momentaneamente a vantagem, mas o que vencerá a guerra é o conjunto de batalhas. Trata-se de um processo de longo prazo. É com preparação adequada e uma tropa coesa que a vitória é forjada. Todas essas ocasiões são pensadas para desenvolver algum dos atributos militares que se espera do oficial do Exército. Os problemas são provocados para ver como os indivíduos reagem, e dessa forma poder ensinar-lhes a melhor forma de proceder ante as dificuldades.

Para encerrar a atividade foi realizada uma série de vinte flexões, puxadas pelo capitão ao estilo Infantaria. Certas coisas não mudam. Na hora de retornarem ao NPOR, foram em dispositivo, puxando canção vibrante e batendo os pés ao chão de forma a “rachar o pátio”, como diz o jargão. Breves minutos de descontração, apenas. Os Al aprendem que não podem se dar ao luxo de descansar por muito tempo, pois para as Forças Armadas, como parte da formação militar, é a fadiga que forma o combatente. O esforço máximo é a situação mais parecida com o combate real; por isso, não é porque acabaram de ganhar uma competição que podem parar e relaxar. Essa é apenas a primeira etapa concluída do curso. A tendência é apertar mais o cerco e tornar as coisas

ainda mais complicadas para os Al.

4) Valores, Tradições e Cerimônias

O Período Básico (PB) é a adaptação do Al à vida militar e escolar. Essa é uma etapa comum a todos os que ingressam no Exército Brasileiro, independentemente de ser em um OFOR ou noutro estabelecimento de ensino militar. São ministrados os conhecimentos básicos de enquadramento para o combatente de qualquer Arma e é justamente nessa fase que se transmitem aos alunos os valores e as tradições das Forças Armadas, bem como a importância de se realizar cerimônias. É nesse período que o aluno passa a conhecer a Instituição da qual faz parte, e é justamente por ser uma instituição já secular que o Exército Brasileiro conta com um código de valores e longas tradições. É exatamente isso que é ensinado aos Al.

Desde o primeiro dia eles são submetidos a uma carga de conhecimento que exalta não somente a tradição do Exército, como também a do próprio país. Um exemplo é o ocorrido ainda na “Semana Zero”, quando o capitão ordenou que ensaiassem o Hino Nacional brasileiro⁵⁰, pois, ao indagar quem sabia o Hino Nacional completo, apenas sete integrantes se manifestaram. Para evitar que houvesse erros, pois precisariam cantar o Hino na Formatura de Incorporação, fez com que ensaiassem para sanar “esse absurdo”, como descreveu. Ainda eram completamente “paisanos”, como diz o linguajar militar. Se essa pergunta fosse feita em uma Universidade, pública ou particular, a negativa seria ainda maior. Há uma diferença entre o que um jovem no EB e outro que nunca passou pela caserna aprendem. De fato, com raríssimas exceções, alguém que não serviu às Forças Armadas, ou que possui membros de seu círculo familiar próximo, sabe o Hino Nacional na íntegra. Esse é um fenômeno da sociedade brasileira, possível de ser constatado em eventos públicos e em partidas de futebol.

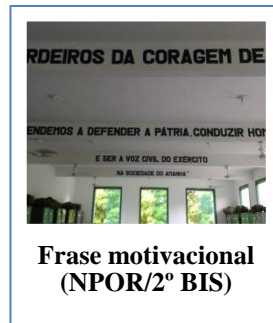
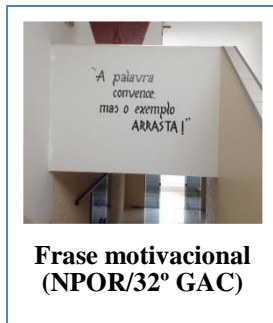
Um rapaz que cursa apenas a Universidade – isso falando de tempos atuais, século XXI – raramente tem contato com valores como patriotismo, noções de etiqueta, hierarquia e disciplina, ou mesmo, civismo. São essas algumas das coisas que os trinta Al aprendem durante o ano. Quando o capitão ou outro membro da EI diz que “espera que ajam como homens”, quer dizer que se espera que tenham essas noções bem vivas dentro de si. E também que cumpram os compromissos assumidos, que os valores que

⁵⁰ Toda vez que iam aprender um novo hino, canção ou dobrado, um dos integrantes da banda de música da Unidade se dirigia ao NPOR para ensaiar e reger os Al. (N. A.).

são reconhecidos como típicos dos militares se tornem os seus valores. A própria disposição da sala de instrução, onde é ministrada a maior parte dos conteúdos, é característica de uma formação voltada para certos ideais. A sala é ampla e não muito arejada, mas conta com dois aparelhos de ar condicionado. Uma sala de aula regular, a não ser pela disposição das mesas e cadeiras, em grupos de cinco e não voltadas para o quadro branco e o retroprojetor. Isso tudo tem o objetivo de integração, de incentivar a cooperação. Semanalmente há um rodízio entre os integrantes desses pequenos grupos; assim, até o final do ano, todos terão trabalhado com todos. No fundo da sala há um armário com escaninhos; os Al podem deixar seu material ali nos intervalos das instruções; há também uma mesa, destinada a convidados – lugar onde eu me acomodava para acompanhar as instruções –, e atrás da mesa, um retrato do Duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro. O velho Caxias sempre vigilante, a servir de inspiração para todos aqueles que ingressam nas fileiras do EB. Ao lado do quadro branco, sempre, uma bandeira nacional.

Como o retrato do próprio Caxias exalta, o Exército possui uma admiração por seus patronos. Cada Arma, Quadro e Serviço possui o seu, sendo o Brigadeiro Sampaio o patrono da Infantaria, Arma do BGP e por quem os rapazes desenvolveram forte “apeço” ao longo do ano. É comum em ambientes de Infantaria a brincadeira com o nome do Brigadeiro, como, por exemplo, ao ordenar que o militar “deixe suas flexões”, o instrutor ou monitor diz: “Vamos lá, já deixe suas dez para Sampaio!”. Ou então, na revisão para uma prova, surge a frase: “Olha, não precisa ser o Einstein, Sampaio só quer cinco!”, referindo-se à nota mínima para a aprovação nas disciplinas. Para além do Brigadeiro Sampaio, os Al recebem instruções sobre todos os patronos das demais Armas, Quadros e Serviços. Também são responsáveis por montar instruções para os demais sobre a História da Força e sobre episódios marcantes envolvendo o Exército Brasileiro. Na disciplina “História Militar”, aprendem sobre as principais campanhas de que o Exército participou, com destaque para a campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, ainda mais por esta ser um momento de destacada ação dos oficiais R2, como já frisado na Introdução.

Figuras 13, 14 e 15 – Frases motivacionais e elementos que remetem ao passado do Exército, uma constante em todos os NPORs visitados.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Quanto aos valores inculcados ao longo do processo de formação, são os seguintes:

- Patriotismo;
- Civismo;
- Fé na Missão do Exército;
- Amor à Profissão;
- Espírito de Corpo;
- Aprimoramento Técnico-profissional; e
- Coragem.

São valores comuns a toda a Força e, apesar de haver uma instrução com esse tema específico, são lembrados durante o tempo todo, nas mais diversas situações. O Exército dá especial atenção a seus valores e faz questão de que todos os militares tomem esses valores como seus. Para os AI do NPOR que, ao final de um ou de oito anos de serviço retornarão à sociedade, é dada uma atenção a mais a essa parte. Como o próprio Comandante do Exército, o General Villas Bôas, me relatou numa entrevista⁵¹:

“O Exército espera que aqueles que se formaram em um CPOR ou NPOR, uma vez findo seu tempo de Serviço Militar e de volta à sociedade civil, ocupem postos de destaque em suas novas funções e venham

⁵¹ Entrevista concedida pelo Gen. Ex. Villas Bôas a este pesquisador, no dia 6 de junho de 2016, no Gabinete do Comandante do Exército. (N. A).

a ser os propagadores dos valores do Exército no meio civil. É importante que esses militares, como todos, mas em especial esses, que vão fazer a ponte entre o Exército e a sociedade, carreguem o que foi aprendido na caserna para suas vidas”.

É por conta de manifestações como essas que constantemente os Al são relembrados dos “valores e das virtudes militares”, como gosta de dizer a EI. Uma frase que é repetida com frequência e inclusive ilustra a entrada de alguns estabelecimentos, e que alguns atribuem ao próprio Duque de Caxias, é a seguinte:

“Um exército sem valores é a espada sem têmpera que quebra ao primeiro embate!”

De início, muitos Al relatam gostar de “entrar em forma”, pensamento que se esvai após o primeiro dia que passa marchando pelo quartel. O Al aprende todos os movimentos de “ordem unida”, aprende a marchar “em cadência!”, “sem cadência!”, “acelerado!”, com armamento, sem armamento, de todas as formas. Até aqui todos gostam; a situação começa a mudar depois das primeiras formaturas no pátio, principalmente as que ocorrem sob condições adversas, como um sol escaldante ou uma chuva torrencial. No primeiro caso, o suor escorre pela farda, os pés começam a formigar num coturno quente e as pernas começam a ficar trêmulas. No segundo exemplo, o principal problema é o fato de se estar encharcado; se estiver ventando então, a situação é pior ainda. Ocorre que, por piores que sejam as condições, o militar tem de enfrentá-las. Ainda mais na Infantaria, em que a coragem e a rusticidade são atributos bastante valorizados: por mais que se sintam desconfortáveis, quando indagados se a situação está ruim, é comum responderem: “Nada! Sou de Infantaria!”. Mesmo que se sintam estranhos e prefiram sua cama quente em casa, aos poucos começam a assimilar as características de sua Arma. Com o tempo, começarão a exaltá-las. É até um atributo de identificação perante seus companheiros, pois aquele que não quer realizar alguma atividade passa a fazê-la para não envergonhar os camaradas de farda e para não se envergonhar perante eles. Todo esse conjunto de treinamentos, valores, tradições e cerimônias é completado pelas canções e dobrados, que os Al aprendem ao longo de todo o ano. A cada nova cerimônia que aborde um tema específico, passam a treinar a canção que será cantada na formatura em específico. Outras canções que são aprendidas dão motivação à tropa quando empreende alguma

marcha, mas principalmente elevam o moral durante o Treinamento Físico Militar, o TFM.

Figura 16 – Alunos marchando no Pátio de Formatura do BGP em um dia de chuva.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

5) Campos de Instrução

Os Exercícios de Longa Duração (ELD), também conhecidos como “manobras”, ou simplesmente “campos”, são o momento onde os Al põem em prática tudo o que foi aprendido nas instruções. Como se diz no jargão militar: “É a hora de ver quem aguenta e quem sabe ficar só no porcelanato!”, em uma clara referência ao militar no quartel e ao militar na atividade-fim. Ao longo de seu Ano de Instrução os alunos realizam três ELDs no “Terreno” e um Estágio de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), este realizado em Brasília. Os “campos” são o momento em que os Al simulam combates, fazem longas marchas e realizam diversas outras atividades que simulam o emprego de sua Arma, Quadro ou Serviço em uma situação de combate real. Ou seja, uma tropa de Artilharia aprende a manusear as peças de artilharia que dão o apoio de fogo ao Exército; uma de Intendência simula a situação de logística e apoio ao combate, por meio do fornecimento de provisões e outras atividades essenciais para a campanha; e assim se seguem com as outras especialidades. Em comum, todos realizam um “campo” que trabalha as atividades tidas como essenciais para qualquer combatente, como sobrevivência, transporte de feridos e transposição de curso d’água.

Nesse primeiro ELD as atividades são mais “tranquilas”, como disse um Sargento, “se é que há atividade militar tranquila”, emendou na sequência. Mas é assim considerado por ser um campo para “tirar o verniz”⁵², ou simplesmente uma adaptação.

⁵² **Tirar o verniz** – é como se chama, no jargão militar, o momento de passagem da vida civil para a vida militar. É, na linguagem sociológica, um ritual de passagem. Consiste em uma série de atividades

As atividades realizadas nessa fase são bem básicas, visando ambientar o Al à “vida no mato”. Todo militar das três Forças Armadas passa por essa fase. Por ser uma atividade extensiva a todos, independentemente de se é cadete, aluno ou recruta, é também chamado de “campo básico”. Por serem Alunos a oficial da Arma de Infantaria, o nível de dificuldade é sempre maior, mesmo no “campo básico”. Nos demais “campos”, as atividades tendem a se complexificar ainda mais, visto que a função primária da Infantaria, o combate a pé, é, para o Exército, de suma importância: os futuros oficiais devem obrigatoriamente estar acostumados a esse tipo de atividade. Seja no mato, ou na cidade, o infante está sempre marchando.

A depender do ambiente em que se encontrem, são abordados determinados tipos de combate. Por exemplo, para os Al do 2º BIS, o “campo básico”, de básico possui apenas o nome, pois é onde realizam o Estágio de Adaptação à Vida na Selva (EAVS). Por estarem num ambiente de selva amazônica, necessitam estar habilitados a combater nesse tipo de terreno. E assim sucede. Em NPORs como o de Cavalaria, como o do 20º RCB, uma Unidade que opera carros de combate, popularmente conhecidos como “tanques de guerra”, os Al também aprendem a manusear tais aparelhos.

Figura 17 – Alunos do BGP realizam o “apronto operacional” para o ELD.



Fonte: Sítio oficial do BGP⁵³.

O ELD acompanhado foi o 1º ELD (Básico) do NPOR/BGP, do qual participei no último dia de atividades, juntamente com os Al. Assim que cheguei ao “campo”, fui ter com os Al; todos se encontravam em estado deplorável. Sadios, mas a fadiga era evidente em seus rostos, e o estado do material – em condições de uso, mas sujo devido

extremamente duras, nas quais o indivíduo é posto à prova. Ao ser submetido ao dia a dia da vida militar, o sujeito sofre uma adaptação ao processo, sendo forçado a abandonar hábitos de paisano; desta forma se torna um militar. O momento mais crítico do processo é justamente o 1º ELD, pois, por não estar habituado, a dificuldade é maior. Ao final do processo, quando o sujeito passa a ser de fato tido como um militar, considera-se que ele perdeu o verniz de paisano. (N. A.).

⁵³ Em: <http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/249-campo-npor-cfst>, consultado em 19 de junho de 2017.

à travessia do terreno enlameado que haviam acabado de realizar – demonstrava nitidamente que, aqueles que ali se encontravam, haviam tomado parte em algo até então inédito em suas vidas. Fiz questão de falar com cada um dos AI. Todos, a despeito do cansaço, me receberam muito bem e manifestaram satisfação com a atividade. Conversei com cada um sobre temas diversos, mas a todos fiz as seguintes perguntas: 1) “Em algum momento da atividade, você se perguntou o que está fazendo aqui?”; 2) “A dor e a privação são um fato. Como você lida com tais sensações?”; e 3) “Alguma vez você se imaginou em situação parecida com esta em que se encontra agora?”.

Foram feitas outras perguntas, mas estas três correspondem ao eixo central de análise. O curioso é que as respostas seguiam um padrão. Todos, sem exceção, me informaram que mais de uma vez se perguntaram o que estavam fazendo ali. Quando questionados qual a resposta que encontravam para justificar sua permanência, aí sim, havia uma diferença. Mais de um informou que estava aprendendo a defender a pátria, outro que estava aprendendo a ser homem, outro ainda que estava ali para que a namorada se orgulhasse de namorar um “homem de verdade”; houve quem dissesse que não fazia a menor ideia: “sigo porque tenho de continuar”, disse o rapaz; ou ainda um menino que disse que seguia “por não ter outro lugar para ir, e que se não seguisse, tinha medo de ficar perdido no mato sozinho”. Em situações de estresse, os seres humanos apresentam as respostas mais variadas, sobretudo depois de uma situação totalmente desconhecida e radical. Todavia, de todas as respostas, e a que, a despeito de parecer ufanista, chamou mais a atenção, por transparecer a comunhão do grupo, partiu de três jovens que, segundo me informaram posteriormente membros da EI, passaram o “campo” todo juntos. A resposta foi a seguinte:

“Eu faço isso por ele (apontou para o companheiro à sua frente) e por ele (olhando para o que estava ao seu lado). Nós três vencemos os obstáculos juntos, fazemos isso pelo grupo. Somos o NPOR Tenente. Aqui nada se conquista sem suor e sozinho”.

A afirmação feita por estes jovens me lembrou da palestra proferida pelo General Menandro, “Liderança em Situação de Conflito”, no tópico onde se lê: “Um militar cumpre situações de alto risco. Por quê?”. Esses rapazes, assim como os demais, cada um a seu tempo, entenderam que o militar cumpre as mais diversas situações, acima de tudo, porque seus camaradas precisam dele para a execução da missão. Nessa resposta percebe-se claramente uma visão oficial da profissão. Algo que lhes é repetido

constantemente até que, de tão massificada a informação, ela se torna a opinião pessoal dos indivíduos. Todavia, fica difícil de saber se o que estava expresso ali era apenas uma visão oficial de mundo. Havia sinceridade no olhar dos meninos. E, por mais convincente e persuasivo que um membro da EI possa ser, depois de quatro dias de privações, em que só é possível contar com seu companheiro, lutar por ele parece a motivação mais honesta para o combate.

O próprio Duque de Caxias, Patrono do Exército, disse na Guerra do Paraguai que, no estado em que as tropas se encontravam depois de meses a fio em campanha, a pátria ainda era a razão pela luta, mas o motivo mais razoável para manter aqueles homens ali, em especial os “Voluntários da Pátria”⁵⁴ – homens livres, oriundos de diversas classes sociais, que haviam se alistado, como razão principal, exatamente para defender o país –, o que ainda os mantinha ali era o camarada que lutava a seu lado. Na Psicologia Militar esse é um tema bastante explorado, principalmente por exércitos que estão constantemente em combate. A conclusão para a pergunta “Por que nós lutamos?” acaba sendo, mormente depois de situações de estresse máximo, antes de toda a motivação patriótica ou recompensa pessoal, pelo “companheiro que luta ao meu lado”. A razão prática para isso é que o militar sabe que em situações em sua vida corre perigo, ele tem mais chances de sobreviver se continuar junto com a tropa.

Figura 18 – Alunos assistem a uma instrução “no terreno”.



Fonte: Sítio oficial do BGP⁵⁵.

Em todos os núcleos visitados fiz as mesmas perguntas aos Al. As respostas

⁵⁴ **Voluntários da Pátria** – a expressão “voluntários da pátria”, elemento comum de várias narrativas sobre a guerra contra o Paraguai (1865-1870), funciona como categoria explicativa da vitória sobre o Paraguai, da unificação do Exército Brasileiro e, por extensão, do advento da República. Por trás do epíteto de voluntários da pátria, escondem-se indivíduos de diferentes classes sociais, e as formas pelas quais se fizeram voluntários, poderiam, ao contrário da mitificação, captar a maneira como o recrutamento para a guerra incluiu os diferentes setores sociais. (N. A.).

⁵⁵ Em: <http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/249-campo-npor-cfst>, consultado em 19 de junho de 2017.

sempre iam na mesma direção. Era perceptível que, de início, ainda sem me conhecer, tendiam a apresentar uma visão mais oficial acerca dos ELDs, mas depois de algum tempo e após terem adquirido confiança, começavam a falar de suas motivações para fazer os exercícios. São muito poucos os que falam que de fato gostam de um “campo”. A explicação oferecida por um deles, um Al de Belém, traduz o pensamento da coletividade:

“Olha, já que o senhor deu a oportunidade, eu vou falar. Eu não creio que ninguém em sã consciência goste de ter a ‘carcaça ralada’. Ninguém deve gostar de carregar uma mochila pesada por vários quilômetros, de ter privação de sono etc. Eu estudo psicologia e, definitivamente, isso não é, do ponto de vista clínico, algo que atraia alguém. Por outro lado, eu já estou no terreno, não tenho nenhum lugar melhor para ir, e sei que se eu voltar para casa tenho de bem executar minhas tarefas no ‘campo’, então, por mais que eu não goste, vou fazê-las da melhor maneira possível. Além do mais, sei que posso receber um elogio na minha ficha se fizer tudo dentro do esperado. Ver esses caras ‘cumprindo a missão’ e não cumprir a minha parte seria sacanagem, então, já que não tem outro jeito, ‘fê na missão!’”.

Outro fato comum aos ELDs é que, a despeito “do cansaço, da fome, do frio e do calor”, como diz uma popular canção de TFM que ilustra situações típicas de um “campo”, há sempre uma variedade de histórias e “pérolas” que surgem ao longo da atividade, os chamados “causos da caserna”. Uma delas, ocorrida no ELD do BGP, me foi relatada pelo capitão e posteriormente confirmada pelos Al. O Al 11 havia perguntado a mais de um membro da EI quando poderiam tomar banho. A resposta – previamente combinada pelos instrutores e monitores – era de que poderiam banhar-se ao final do segundo dia de exercício, isso somente se “a manutenção do armamento estivesse ‘um aço’”⁵⁶. Ao longo das diversas inspeções não foram constatados grandes problemas relativos à sujeira com o armamento dos Al, e mesmo a falta de cuidado inicial foi progressivamente sendo corrigida; todavia, em nenhuma das verificações foram constatados problemas com o armamento do Al 11; este sempre se encontrava em estado impecável, tamanha era sua vontade de tomar banho. Como na noite anterior à visita todos haviam se banhado, era nítida o moral elevado da tropa, em especial do Al 11. Como Júlio César em Gergóvia, que fazia questão de que refeições quentes fossem regularmente servidas aos legionários, mesmo estes se encontrando em estado de cerco; ou Napoleão Bonaparte, que nas diversas campanhas empreendidas pela Europa

⁵⁶ **Um aço** – jargão militar: quando algo se encontra em estado excepcional, que de tão bom, dispensa comentários. (N. A.).

asseverava: “mais que a melhor estratégia, um soldado com as condições de higiene a lhe proporcionar conforto e um equipamento confortável são imbatíveis, dado o moral elevado”, também o militar do século XXI sente-se mais bem-disposto para a atividade quando pode contar com alguns prazeres frugais da vida. Prazeres estes que, quando na cidade, parecem um tanto banais, mas que em um teatro de operações podem definir o futuro da campanha. Isso responde ao terceiro questionamento. Nenhum deles pensou que algum dia estaria passando por tamanha experiência, pelo menos não na vida civil.

Os “campos” também marcam o fim de um período. Os Al são “promovidos” ao final de cada atividade. Cada ELD concluído é um degrau que sobem em seu caminho rumo ao oficialato. As melhoras se fazem presentes inclusive nas refeições. Findo o 1º ELD, os Al deixam de consumir as refeições no rancho, junto dos cabos e soldados, e passam a, como diz o jargão, “avançar” no cassino (refeitório) de subtenentes e sargentos. Bem como, passados o 2º e o 3º ELDs, os Al passam do cassino de sargentos para o de oficiais. Isso é visto, perante a tropa, como o galgar de posições, como se estivessem sendo promovidos em suas categorias.

O fim de cada “campo”, especialmente do primeiro, é marcado por uma formatura, com uma cerimônia que significa muito para os Al: a entrega da boina e das divisas da Arma. É uma cerimônia aguardada com ansiedade pelos alunos. A do BGP contou com um fato interessante, pois foi presidida por um Gen. Brig., pai de um dos Al do NPOR, a terceira geração de militares da mesma família, mostrando um aspecto socialmente interessante: o fato de o NPOR muitas vezes ser um lugar de preservação de tradições familiares militares. O principal motivo de ansiedade era devido ao fato de, uma vez agraciados com a boina e o braçal da Unidade, os Al poderem utilizar a farda também fora do quartel. Foi uma solenidade marcante, principalmente por conta da emoção dos envolvidos, tanto familiares como alunos se debulhando em lágrimas. É comum, em cerimônias com a presença de familiares, que haja uma emoção generalizada, mas principalmente daqueles que contam com pais ou avós militares que passam adiante a tradição familiar. É interessante a continência de um filho aluno para com seu pai militar, pois há algo a mais que apenas o cumprimento hierárquico: formalidade e emoção se misturam. Para além das emoções, a cerimônia foi muito bonita pela marcialidade e energia com que os Al, agora com o uniforme completo, passaram em continência à maior autoridade, ao som da canção da Infantaria e da canção “Ardor de Infante”. Na sequência, como é comum em cerimônias do gênero, foi oferecido um coquetel a familiares e amigos.

6) Militares e Universitários

Um elemento em comum a todos os Al de NPOR é o fato de estarem cursando estabelecimento de Ensino Superior reconhecido pelo MEC. Alguns NPORs recomendam que seus Al tranquem matrícula na Universidade, situação prevista em lei por se tratar de dispensa para o Serviço Militar Obrigatório⁵⁷; outros desencorajam essa prática, por acreditarem que o Al tem plenas condições de conciliar os estudos na Universidade com sua vida no quartel, uma vez que a maior parte das atividades do NPOR ocorre em ritmo de meio expediente. Fato é que, depois de alguns meses de rotina militar, as diferenças entre os Al do NPOR, já militares, e seus colegas universitários “paisanos”, começam a aparecer. Não foram raras as situações em que os Al me relataram suas diferenças para com os colegas universitários. Esse é um fenômeno sociologicamente interessante, pois não é algo que ocorra somente no BGP ou no 2º BIS, porém um comentário constante daqueles que passam por um OFOR.

Uma das diferenças é que, num contraste vivo com o ambiente extremamente politizado das Universidades, no ambiente militar os Al se mantêm apolíticos. Pela Constituição Federal de 1988, fica vedada qualquer manifestação político-partidária aos membros das Forças Armadas⁵⁸, sendo inclusive proibido aos Al de NPOR, por ser prestação de Serviço Militar Obrigatório, votar nas eleições, sejam elas federais, estaduais ou municipais. Assim, desde o início do ano os Al são desencorajados por todos seus superiores a se posicionarem politicamente dentro das Unidades e, na condição de militares, mesmo na rua devem privar-se de emitir comentários políticos. O próprio movimento que levou os militares ao poder em 1964, nas raras vezes em que o assunto é mencionado, é tratado com sutileza, sem apologia ou crítica. Não são utilizadas palavras como “Golpe” ou “Revolução” para definir o acontecido; fala-se apenas em “situação de exceção”, dessa forma evitando-se que surjam discussões. Busca-se ao máximo distanciar os Al de questões políticas, algo impensável para um

⁵⁷ Na UnB isso se encontra na “RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO N.º 016/86”, que em seu art. 3º, Inciso V: “Sem prejuízo do trancamento automático, disposto no artigo anterior, poderá ser concedido, excepcionalmente e mediante justificativa circunstanciada, devidamente comprovada, o trancamento geral de matrícula, nos casos de: V: incorporação ao serviço militar obrigatório ou admissão em Curso de Preparação de Oficial da Reserva (CPOR ou NPOR). Disponível em: <http://www.deg.unb.br/images/legislacao/16-86.pdf>, consultado em 19 de junho de 2017.

⁵⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, consultado em 19 de junho de 2017.

estudante de Ciências Políticas, por exemplo, já que a política é que justifica a existência do curso.

Figura 19 – Alunos do 2º BIS: alguns fardados, outros em trajés civis, dirigem-se em forma à saída da Unidade depois do fim de mais um dia de expediente.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Um tema que leva os AI a criticarem seus colegas universitários é a posição que eles assumem na relação com os professores: “há muita falta de respeito”, como me disse um dos meninos no BGP. Depois de aprenderem e praticarem rotineiramente o uso de pronomes de tratamento como “senhor” para com os instrutores e monitores, muitos adotando inclusive seu uso para com seus pais e demais familiares, não apenas acham estranha a falta desse tipo de tratamento mais respeitoso na Universidade, como se sentem incomodados quando alguns dos colegas chamam os professores (as) pelo primeiro nome. Um dos AI disse que chamou a atenção de um colega em classe, pois este estava “faltando excessivamente com respeito para com o professor”. Também há uma diferença no que apontaram como sendo um problema do ambiente universitário, principalmente das Universidades públicas no Brasil – não que não ocorra nas particulares, mas nas públicas é mais evidente: o consumo de entorpecentes no espaço de aula. Espera-se do militar que este tenha uma conduta ilibada – para ser aceito como AI do NPOR, o candidato é indagado sobre o fato de já ter feito uso de entorpecentes; se a resposta for positiva, ele está automaticamente eliminado. Quando veem seus colegas utilizando narcóticos no ambiente universitário, “dá uma raiva”, como disse um dos AI. O outro descreveu como “falta de respeito” e classificou como sendo culpa dos “viciados” o aumento da violência urbana no país, afinal, “se há gente para vender, é porque existe alguém para comprar”. Além de demonstrar uma ojeriza aos alucinógenos, muitos dos AI – pelo menos no BGP – eram filhos de militares, o que faz com que, desde pequenos, sejam ensinados a ficar longe dos entorpecentes, além de, já

como membros do Exército, assistirem a várias palestras sobre prevenção ao uso de substâncias ilícitas, especialmente alucinógenos.

O que vem ocorrendo é que muitos filhos de militares, alguns com longa tradição familiar, preferem cursar um OFOR a entrar para a Academia Militar. Querem manter a tradição da família, ou seja, honrar o exemplo de seus pais e avós, mas não querem que o uniforme verde camuflado seja para o resto de suas vidas. Muitos querem continuar na carreira das Armas, entretanto agentes de segurança. O principal objetivo profissional de muitos deles é entrar em uma corporação policial, em especial a Polícia Federal (PF). Digo isso porque pelo menos dez AI já me disseram que querem ser policiais. Três afirmaram que querem ser delegados da PF; desses, um filho de general e dois filhos de coronéis. A princípio pensei que fosse pelas recentes operações que a PF vem realizando, como a “Lava Jato” ou a “Zelotes”, visíveis constantemente na mídia. Porém, ao conversar mais sobre esse tema com os AI, me surpreendi. Não querem trabalhar com operações de lavagem de dinheiro; todos afirmaram que querem pertencer à Divisão de Combate ao Crime Organizado, em especial da Narcóticos. Querem combater os cartéis de drogas. Há aqui claramente um padrão social, pois foram poucos os indivíduos que me falaram isso, mas quase todos: eles querem trabalhar na Polícia, desejam combater o narcotráfico. Temos aqui 1/3 da turma do BGP, e situação parecida ocorre em outros NPORs, inclusive de outros estados. Em Belém o objetivo de grande parte da turma não é a PF, mas a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), e novamente o combate ao tráfico de drogas é a prioridade. Os AI do BGP disseram-me que adoram o trabalho da *Drug Enforcement Administration* (DEA; em tradução livre, Órgão para o Controle/Combate das Drogas), agência federal norte-americana especializada no combate de entorpecentes. Não é possível afirmar se é por isso, mas a DEA ficou bem famosa no Brasil com o seriado *Narcos*, no canal de assinatura pela internet, o *Netflix*. Fato é que os princípios militares, junto com algumas de suas aspirações futuras, fazem com que se sintam profundamente incomodados com a questão das drogas nas Universidades.

7) PCIs e Atividades Extras

É no Período de Formação e Aplicação (PFA) que o aluno é capacitado à compreensão de conhecimentos técnicos e táticos necessários ao oficial subalterno da reserva. O foco desta parte é o desenvolvimento das habilidades militares, não tanto no

sentido formal, mas no conjunto de práticas que capacitam o Al à liderança. É também no PFA que ocorre a maior parte dos Pedidos de Cooperação de Instrução (PCIS), bem como outras atividades extras para o Núcleo. Atividades extras são propriamente atividades que, apesar de sua natureza militar, e de auxiliarem na formação do Al, não estão diretamente vinculadas aos conteúdos ministrados no NPOR.

Durante seu Ano de Instrução, os Al realizam visitas a outras Unidades, de modo a aprenderem todo o funcionamento do Exército. A maior parte das visitas se dá em Unidades em que os Al, uma vez Aspirantes, possam vir a servir, de modo que o militar tenha uma ideia do que o aguarda. Um dos PCIs realizado pelo NPOR/BGP foi ao 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG). Os Al gostaram bastante do passeio, apesar de que o que mais chamou a atenção foi o forte cheiro de estrume. Conforme íamos avançando pela Unidade, mais e mais os Al agradeciam por serem da Arma de Sampaio; o comentário geral era que não desejavam ter de conviver com aquele cheiro todos os dias. Ao ouvir um desses comentários, o tenente de Cavalaria que nos acompanhava na visita – R2, oriundo do CPOR/SP – comentou que eles deviam estar felizes, pois, por estar nublado naquele dia, além de relativamente frio, o cheiro não era tanto, nem havia muitas moscas, comentário que provocou gargalhadas em todos os presentes. Outra das funções dessas visitas, ainda mais em Unidades históricas como o 1º RCG, é proporcionar uma aula de História *in loco* aos Al, tanto que, na sequência conhecemos as baias do Regimento, e fomos apresentados ao “Baio VI”, o célebre cavalo do Comandante da Unidade, tradição que remonta aos tempos do Marechal Deodoro da Fonseca, por ter sido com o cavalo deste regimento e de mesmo número que foi proclamada a República.

É este tipo de história que percebo que os alunos muito admiram. Adoraram a palestra sobre a FEB, que contou com a presença de um “pracinha”, o Cel. Nestor. Gostam de saber da história de seu país, e fascinam-se pelo passado de glórias do Exército, pois, como fazem questão de ressaltar, “o EB nunca perdeu nenhuma guerra”. Orgulham-se da Força de que fazem parte. Ao final da visita, nos dirigimos ao Pavilhão de Comando, onde conversamos com o Comandante da Unidade. Diferentemente da maior parte das Unidades do Exército, o Pavilhão de Comando do 1º RCG mais se assemelha a uma casa de fazenda que a uma construção militar. Um detalhe que chamou a atenção de todos foi que a própria Unidade parece uma grande fazenda. Lá foi possível aprender mais algumas histórias do Regimento, já que ali se encontra um pequeno museu, com uma reprodução em tamanho real da pintura “Independência ou

Morte”, do paraibano Pedro Américo (óleo sobre tela, 1888). Além de recordações originais da Guerra da Tríplice Aliança, como espadas e bacamartes utilizados pelo Regimento na Campanha do Paraguai. Os alunos adoraram ver o busto do ex-presidente da República, o Gen. Ex. João Baptista de Oliveira Figueiredo, ex-Cmt da Unidade e figura bastante admirada por seus integrantes.

Figura 20 – Pavilhão de Comando do 1º RCG e seus objetos históricos.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Os PCIs são oportunidades para que os militares possam melhor conhecer as diversas Unidades que compõem a Força Terrestre. Quando falamos de alunos a oficial, isso fica ainda mais evidente. Seja na condição de anfitriões, como quando receberam a visita dos alunos do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMtz), de Uberlândia (MG), ou como visitantes, nos PCIs que realizaram ao 1º RCG e ao 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPEB), a diversidade de ambientes e de conhecimentos tem apenas a contribuir com a formação do futuro oficial. Algo que incentiva o pensamento lateral dos rapazes, pois não ficam concentrados apenas no microcosmo que é seu NPOR. O Exército pretende, com tais visitas, “estimular os alunos a pensarem ‘fora da caixa’”, como descreveu o capitão, pois ao conhecer novas pessoas e diferentes Unidades se está contribuindo para a formação de um pensamento crítico, algo que estimula os futuros comandantes a desenvolverem soluções que podem ser o fator de decisão de uma batalha. Em todas as Academias Militares das mais variadas instâncias, desde as de Formação Básica até as de Altos Estudos Militares, são realizados intercâmbios com outras Unidades e até outras Forças, em alguns casos, de diferentes países, a fim de contribuir para a formação de uma mentalidade crítica do militar. No caso de um OFOR, por ser um tempo exíguo de curso, essa situação se torna mais difícil. No entanto, com o incremento de visitas periódicas a outras OMs, é possível alcançar este

objetivo estratégico na formação destes oficiais.

O NPOR também realiza outras atividades, que vão desde prestar o apoio a uma competição esportiva até a acompanhar cadetes de uma Força estrangeira em visita ao Brasil. Uma das atividades mais aguardadas pelos AI do NPOR/BGP é uma visita que ocorre todos os anos dos cadetes da *United States Military Academy (USMA)* – Academia Militar dos Estados Unidos –, a equivalente norte-americana da AMAN, ao Brasil. Como a visita é considerada uma oportunidade de “estreitar os laços de amizade entre os países”, como diz o documento oficial do Exército, o Estado Maior do Exército (EME) sempre seleciona jovens militares brasileiros para acompanhar a viagem. Em Brasília, a responsabilidade fica a cargo do BGP. São selecionados alguns AI (entre quatro e cinco) que, como disse o IC, “tenham bom domínio da língua inglesa”, além de um dos tenentes, para compor a comitiva responsável pelos militares norte-americanos em Brasília. Da parte deles, a comitiva é composta por um instrutor da USMA, pelo oficial brasileiro adido em West Point, e por dez cadetes, entre homens e mulheres, pois, enquanto o Exército Brasileiro apenas recentemente passou a aceitar mulheres na “linha bélica”⁵⁹, nas Forças Armadas dos Estados Unidos isso ocorre desde o final dos anos 1980. Esse fato em particular, de haver mulheres frequentando a Academia, foi um dos motivos de grande curiosidade da parte dos militares brasileiros, ainda mais agora que, também no Brasil, o segmento feminino passará a integrar a AMAN. De início estavam meio céticos quanto à participação feminina em combate, porém as desconfianças iniciais logo se dissiparam, sobretudo depois de saberem o que de fato fazem as mulheres do Exército Norte-Americano. Apesar de o treinamento ser quase na íntegra igual para ambos os gêneros, e de recentemente o Pentágono, órgão equivalente para os Estados Unidos ao Ministério da Defesa no Brasil, ter aprovado uma resolução que permite a participação de mulheres diretamente envolvidas na linha de frente dos combates, nenhuma das quatro que compunham a comitiva manifestou interesse de travar contato direto com o inimigo: o objeto de desejo da maioria é a carreira de Adido de Defesa (*Defense Attaché System*).

⁵⁹ Mulheres ingressam pela primeira vez na “linha bélica” do Exército Brasileiro, disponível em: http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/candidatas-aprovadas-no-exame-intelectual-chegam-na-espcecx, consultado em 19 de junho de 2017.

Figura 21 – Alunos do BGP e cadetes da USMA em visita às dependências do Congresso Nacional em Brasília (DF).



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Os Alunos e os Cadetes se entenderam muito bem. Dois elementos contribuíram para isso. Além de o inglês dos alunos não deixar a desejar, um deles morou nos Estados Unidos enquanto seu pai, Oficial General do EB, à época Tenente-Coronel, cursava o *Army War College* – equivalente no Exército dos Estados Unidos à Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME) no Brasil. Da parte dos norte-americanos, além da vontade de falar português, um deles já havia passado uma temporada no Brasil, realizando um intercâmbio no Instituto Militar de Engenharia (IME). Essa vontade de se comunicar gerou uma situação curiosa, mas bem profícua. Os alunos falavam em inglês e os cadetes respondiam em português; desse modo, todos puderam praticar. Claro que vez por outra um dos idiomas sobressaía, mas no geral era essa a situação. Os alunos estavam muito interessados em saber a respeito dos exercícios e manobras realizados pelos cadetes, e ficaram surpresos ao saberem que os americanos não realizam TFM todo dia, apenas algumas vezes na semana, embora todos sejam obrigados a praticar um esporte em West Point.

O contato com uma Força estrangeira é de imensa valia para qualquer militar. O intercâmbio de conhecimentos serve para moldar a doutrina de combate, bem como para reforçar os laços de camaradagem entre aliados. Para os alunos do NPOR/BGP que puderam acompanhar os cadetes de West Point esse foi sem dúvida um diferencial perante seus colegas. Praticaram não somente o idioma de Mark Twain, mas tiveram a oportunidade de observar que os militares norte-americanos não são nem melhores nem piores que eles; são apenas diferentes, cada um com suas peculiaridades. Claro que por ser um exército que está constantemente em combate, enfrentando os mais variados inimigos, com uma presença mundial, sua doutrina de combate é mais desenvolvida que

a de qualquer outro que passa por longos períodos de paz. Todavia, mesmo com toda a tecnologia, e esse foi um ponto que chamou a atenção dos AI, os militares norte-americanos têm tido dificuldades em obter vitórias nas suas recentes campanhas no Afeganistão e no Iraque.

Busquei explorar bastante essa diferença em minhas conversas, tanto com os cadetes como o capitão, em especial o funcionamento dos OFOR norte-americanos, ou ROTC. Chamou-me a atenção o fato de um oficial oriundo de ROTC poder fazer carreira no Exército, inclusive chegando a general de Exército, como é o caso do General Colin Powell, militar que ocupou tanto o cargo de Chefe do Estado Maior Conjunto (*Joint Chief of Staff*) na Administração de George H. W. Bush, como de Secretário de Estado (*Secretary of State*) – equivalente a Ministro das Relações Exteriores no Brasil – na Administração de George W. Bush. Ou ainda do General George C. Marshall, um dos únicos cinco generais norte-americanos a alcançar a quinta estrela – o equivalente a marechal na hierarquia militar brasileira –, que desempenhou a função de Chefe do Estado Maior Conjunto na II Guerra Mundial e de Secretário de Estado nos anos que sucederam o conflito, sendo o Plano de Reconstrução Econômica da Europa batizado com seu nome (Plano Marshall), por ser ele seu idealizador. Dois exemplos que mostram como o oficial R2 está bem presente na vida militar norte-americana. Mais da metade dos oficiais, em várias fases da carreira, servindo atualmente em vários dos *fronts* em que os norte-americanos se encontram combatendo, são oriundos de ROTC.

Quando indagados sobre o que todas essas atividades extras, sejam palestras, PCIs ou acompanhamento de visitas simbolizam, os AI, na maior parte dos casos, entusiasmados, dizem que “São boas para quebrar a rotina”. Essas atividades são “uma boa oportunidade para afastar a monotonia que invariavelmente se instala depois de certo tempo”, como descreveu o AI 14 do BGP; os demais AI concordam. São atividades salutares, bem como “fontes de aprendizado”, como mencionou um deles. Os eventos dão um *background* extra, e como observado pelo AI 23 de Belém, preocupado com seu futuro profissional, “esses eventos e tudo o mais contam inclusive como currículo”. Para os AI, depois de alguns meses de vida na caserna, a empolgação inicial tende a diminuir; como se diz no Exército, “começam a perder a impulsão do ataque”. Desse modo, os militares encontraram nesses eventos e nas diversas atividades, uma forma de manter o “moral sempre elevado”, como diz o jargão. Em qualquer ambiente militar a preocupação com o moral da tropa se faz presente. Na literatura militar, não

são raros os casos de campanhas que foram perdidas por conta de a tropa estar desmotivada. Tanto que uma atividade comum em um teatro de operações é levar artistas ou outras personalidades para animar os combatentes. Em tempos de paz isso também se faz presente; por isso, “o Exército não se pode dar ao luxo de ficar parado”, como me disse uma vez um tenente-coronel, emendando na sequência: “não podemos deixar os rapazes de pernas para o ar; militar à toa no quartel quer serviço, senão faz besteira”. Desse modo, além de todas as demais atividades, o Ano de Instrução é bem intenso também nas atividades extra, de modo a complementar a formação do jovem aluno a oficial do Exército.

Capítulo III: A Equipe de Instrução

1) O que é a Equipe de Instrução

Não há como falar da “Formação dos Oficiais R2” sem falar de uma parte fundamental do processo, os responsáveis por sua formação: a Equipe de Instrução do NPOR. Em CPORs e na AMAN, as EIs são bem maiores que em um NPOR convencional, mas, por se situarem dentro de OMs, os instrutores e monitores do NPOR são membros da própria Unidade (U) e são escolhidos pelo Comandante da Organização Militar (Cmt OM), sendo ele próprio o Diretor de Ensino do Núcleo. Tudo o que ocorre no NPOR precisa ser aprovado pelo Cmt OM: como autoridade máxima, é o Cmt quem dá o aval para que as provas e testes sejam aplicados, e todas as atividades executadas pelo NPOR precisam ser previamente aprovadas pelo Cmt. Como o Cmt também precisa administrar outras atividades da OM, este deixa a maior parte dos encargos do NPOR ao instrutor chefe do NPOR, geralmente um capitão com mais de dez anos de Exército e que conhece bem a Força, já tendo servido em mais de um quartel e com experiência considerável para comandar um estabelecimento de ensino.

Como os NPORs, apesar de estarem dentro de uma U, são subordinados ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), com sede no Rio de Janeiro, e vinculados a um CPOR – entidade responsável por elaborar os conteúdos que serão ministrados –, é de suma importância para o Exército que o instrutor chefe seja um militar com vasta experiência, pois será ele o responsável por, além de fazer o contato entre o Núcleo e o Cmt OM, se reportar ao CPOR ao qual o NPOR se vincula, bem como ao DECEX. Além dessas funções, o instrutor chefe (IC) será responsável por coordenar todas as atividades internas do Núcleo durante todo o Ano de Instrução.

2) Instrutores, Monitores e Auxiliares

Geralmente as EIs são formadas por um Capitão, o instrutor chefe; dois Tenentes, um de carreira e o outro oriundo de OFOR; um Subtenente e três ou quatro Sargentos; além de dois Cabos e cinco ou seis Soldados⁶⁰. Essa configuração pode mudar dependendo do NPOR em questão, mas geralmente segue o mesmo modelo. Todos os membros são selecionados pelo Cmt da OM com a ajuda do IC. Há como

⁶⁰ Para mais informações sobre “Hierarquia Militar”, ver a seção “Anexos”, onde há a disposição completa de postos e graduações das Forças Armadas. (N. A.).

critério de escolha ser um “bom militar”, o que dá liberdade a uma natureza de perfis dos membros; o único critério “amarrado”, ou seja, específico, para a escolha, é que seja um profissional com mais de dois anos de Exército. Cada membro da EI segue uma função predeterminada, todavia, apesar de alguns – principalmente os sargentos – desempenharem funções mais administrativas, todos os oficiais e sargentos desempenham as funções de instrutores e monitores. A diferença básica entre ambos se encontra na nomenclatura, mesmo tendo peso igual em quesito de instrução. Pela classificação das Forças Armadas, os oficiais são denominados “instrutores”, e os graduados (subtenentes e sargentos) são chamados de “monitores”.

Os cabos e soldados, apesar de não ministrarem instruções, são chamados “auxiliares” e estão sempre presentes em todas as instruções para, como o nome diz, auxiliar os Tenentes e Sargentos no ensino do conteúdo. É com os Cbs e Sds que os Al pegarão vários dos “bizus” mais básicos, como, por exemplo: como deixar o coturno “um aço”, ou seja, muito bem lustrado, ou como arrumar a cama adequadamente. É também com os Cbs e Sds que ocorrem alguns estranhamentos com os Al. Pela hierarquia das FAs, “os alunos dos órgãos de formação de oficiais da reserva, quando fardados, têm precedência sobre os cabos, aos quais são equiparados”⁶¹; por conseguinte, também são hierarquicamente superiores aos soldados. Todavia, para efeitos de instrução, o mesmo não se aplica aos auxiliares do NPOR, de modo que estes passam a ter precedência sobre os Al. Muitos Al não concordam com tal medida, e há sempre um ou outro que se recusa – isso é muito comum nos primeiros meses do curso, depois os Al tendem a se acostumar com a situação – a acatar ordens dos auxiliares, levando a situações em que é preciso a interferência de um oficial ou sargento para sanar o mal-entendido, geralmente culminando com uma repreensão verbal ao Al. São raros, contudo, os casos em que isso acarreta uma punição mais séria. Por outro lado, também são constatadas situações em que os auxiliares buscam exercer autoridade sobre os Al, às vezes de forma irresponsável, o que leva a uma intervenção de um tenente ou sargento. Se constatado desvio de conduta, o auxiliar sofrerá uma advertência, podendo até mesmo ser afastado do NPOR. O perfil dos militares que compõem a EI é dos mais variados possível.

⁶¹ Artigo 19, Inciso IV, do “Estatuto dos Militares”.

Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm, consultado em 19 de junho de 2017.

3) O Instrutor Chefe

Dentro desse pequeno universo chamado NPOR, o instrutor chefe é a autoridade máxima, respondendo, em questões de instrução, apenas ao Cmt da OM. O IC, geralmente um capitão, é a figura que, como relatado pelos próprios AI, “(...) mais exerce autoridade com o NPOR”. O Capitão IC, do NPOR/BGP/2016, era visto em todo o Batalhão como, de fato, um militar “padrão”. É assim que as Forças Armadas se referem aos militares que são o que a Instituição tem como ideal: o modelo de militar. Esse é um conceito bastante subjetivo, mas basicamente significa um indivíduo “responsável, inteligente, com excelente preparo físico e altamente operacional”; pelo menos esse foi o conceito passado à minha turma quando eu era aluno do NPOR. O capitão que iniciou o ano de 2016 como IC do NPOR contava com mais de 15 anos de serviço nas Forças Armadas e possuía algo muito cobiçado dentro do Exército: uma “presa de onça no peito”, isso é, o distintivo do Curso de Instrução de Guerra na Selva (CIGS).

Figura 22 – Distintivo emborrachado do CIGS.



Fonte: Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) ⁶².

O CIGS é mundialmente conhecido por ser uma “Força de Elite”, reconhecido como a melhor Força para este tipo de operação (ambiente de selva) do mundo⁶³. Já tendo comandado vários pelotões e companhias em diversas Unidades do Exército na Amazônia, o capitão fora escolhido entre uma dezena de nomes para ser o IC do NPOR no ano de 2016. O fato de contar com toda essa experiência fazia com que fosse respeitado por todos no quartel, e muito admirado pelos AI. Há aqui um fato sociologicamente relevante: a admiração dos militares, especialmente AI em processo de formação, por certos cursos e brevês do Exército, alguns que eles próprios sonham

⁶² Em: <http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/78-paginas-menu/259-rue-on-line2>, consultado em 19 de junho de 2017.

⁶³ Em: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/brasil-forcas-armadas-reconhecidas-pelo-treinamento-de-guerra-na-selva>, consultado em 19 de junho de 2017.

em um dia ter. O fato de o Capitão ser possuidor do curso de “Guerra na Selva” exercia uma atração quase mágica sobre os AI, sendo considerado por alguns como “uma lenda”, por conta de sua atuação na selva amazônica. Em Brasília, geograficamente localizada longe do CIGS, ser possuidor de um curso como o “Guerra”, como é carinhosamente chamado pelos militares; ou ainda, um brevê de paraquedista (Pqdt), outro dos cursos de elite do EB, realizado no Rio de Janeiro, habilita seu dono a uma condição de “celebridade” na tropa. Esse e outros cursos mais, dada a dificuldade de seu treinamento, geram a admiração de todos, ainda mais dos AI, que se empolgam diante da possibilidade de realizar “missões reais”, como são conhecidas algumas das operações empreendidas pelo Exército. Tais cursos, por serem altamente operacionais, são vedados a militares temporários, como os AI do NPOR, o que faz com que exerçam um magnetismo ainda maior sobre estes. Todavia, se compararmos com o NPOR de outras localidades, como, por exemplo, o 2º BIS, em Belém, o “Guerra” não exerce tanta atração. Quando os AI me relataram isso fiquei impressionado, pois até então, em todas as Unidades em que havia visitado, todos os AI desejavam, também eles, ter as “presas no peito” – mesmo que formalmente isso não seja possível. A explicação para tanto é mais simples do que se possa imaginar. Os AI do 2º BIS me disseram o seguinte:

“Tenente, Manaus é bem ali. Quase todo mundo que serve aqui na selva (referindo-se aos militares de carreira) já fez o CIGS; além disso, muitos dos soldados são indígenas e conhecem melhor a mata que qualquer um. Além do mais, a gente não realiza o CIGS, mas tem de fazer o Estágio de Adaptação à Vida na Selva (EAVS), ou seja, pra gente o ‘Guerra’ é algo comum”.

E emendaram na sequência, fazendo-me um questionamento:

“Bom mesmo são os Comandos e os FE (Forças Especiais). Lá em Brasília, tem muito FE?”.

Ou seja, como na Região Amazônica, as condições das operações ali conduzidas demandam que os próprios AI tenham conhecimento de “Operações de Selva”, isso passa a ser algo rotineiro para eles. Em contrapartida, na literatura militar do Exército, somente o treinamento dos Comandos e das Forças Especiais (FE) é mais difícil que o do CIGS.

O capitão já possuía experiência na área de ensino – fora Instrutor da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), sediada em Campinas (SP) –, um fato que contribuiu para que se tornasse o instrutor chefe do NPOR. Foi-lhe dada a missão

de “pôr ordem na casa”. Após três anos do antigo Comandante do NPOR, constatou-se a necessidade de uma mudança. É uma das características do ambiente militar a troca constante de comando. Essa prática foi iniciada com a chegada do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco à presidência em 1964. “Castelo adotou uma importante medida, que na ocasião não foi muito comentada: a revisão da lei dispendo sobre promoção e transferência para a reserva dos militares. Antes de 1964 não havia limite para o tempo de permanência na ativa dos generais de quatro estrelas, nem do tempo em que os Comandantes poderiam permanecer à frente de seu comando”, como retrata o escritor Alfred C. Stepan, em sua obra “Os militares: da abertura à nova república”⁶⁴. O marechal reviu essa medida, determinando que os oficiais não ficassem mais que dois anos à frente do mesmo comando. Prática que segue em uso até os dias de hoje. Em sua conversa inicial com os alunos – na qual fez questão de que todos os membros da EI estivessem presentes –, enfatizou como seria o ritmo das atividades durante o Ano de Instrução.

No Exército a palavra final sempre é do mais antigo, do que possui maior patente na hierarquia, por isso o último a se dirigir aos Al foi o capitão. Daí a importância de suas palavras. A função do IC também é ser o “fiel da balança” entre os dois tipos de instrutores e monitores: entre aqueles que são mais duros, mais exigentes, e aqueles que tendem a ser mais tranquilos no trato. Bem como exercer uma autoridade que os Al pensem bastante antes de questioná-la. Tanto que, em seu primeiro discurso, começou falando o quão observador é. Afirmou já ter traçado um perfil de cada um ali – e dirigiu um olhar à EI, como quem diz: “De vocês, também!”. Disse ainda: “acabou a história de qualquer problema correr para a mamãe, que todos ali eram maiores e vacinados. Todos são homens, e esperava que agissem como homens, não como moleques”. Ressaltou que o ritmo das atividades a que iriam estar submetidos ia ser pesado, e que ia haver uma mudança total em suas vidas.

O Capitão era um sujeito extremamente preocupado e perfeccionista, tanto que a primeira tarefa que passou aos Al foi a de treinarem o Hino Nacional de modo que pudessem cantá-lo, “alto e bom som”, na Formatura de Incorporação. Afirmou que estava surpreso, pois todos os Al contavam com 18, 19 anos de idade, e muitos ainda não conheciam a letra do hino do próprio país. Esse é um comportamento que demonstra o quão preocupado com a atividade era o IC. Sempre queria que os Al

⁶⁴ Em: STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, com adaptações.

ficassem “o mais perto possível da perfeição, pois perfeito só Deus”, como costumava dizer. Seu lema era “treinar”. Treinar até a exaustão, treinar com chuva ou com sol, treinar até massificar o aprendizado. Mesmo que estivesse ocupado com outras atividades, e tendo à disposição uma equipe capacitada, fazia questão de ele próprio conduzir muitos dos treinamentos. Fosse uma instrução de “Marcha no Terreno” ou uma seção de TFM, o IC estava sempre presente. Como fundamento de liderança, isso deixava a tropa motivada. Al e EI em mais de um momento relataram que podiam sempre contar com o capitão e que, mesmo sendo difícil acompanhar seu ritmo, “ele deixa o ambiente de trabalho leve, faz o subordinado se sentir bem”, como descreveu um dos sargentos.

Esse excesso de zelo é muito perceptível nas Forças Armadas, mas o Capitão levava isso muito a sério. Disse-me uma vez que fora escolhido para “tornar o NPOR a ‘tropa de elite’ da Unidade”, e era isso que pretendia fazer. Tanto que, fazendo uma comparação com outros NPORs, é perceptível uma característica que se afirma como padrão em relação ao IC: seu personalismo. O capitão imprimiu uma rotina de trabalhos e atividades ao NPOR de que, apesar de árdua, todos gostavam. Era um disciplinador nato – claro que seu porte físico avantajado colaborava para o fato –, mas a maneira como comandava a equipe deixava todos bem. Muitos dos Al – bastante suscetíveis à influência nessa fase de formação – se espelhavam nele. Quando o capitão teve de sair, pois com oito meses de NPOR, e faltando apenas dois meses para o fim do Ano de Instrução, migrou para uma missão no exterior, todos sentiram a sua falta. Mesmo sendo um militar profissional, o tenente que ficou em seu lugar não conseguiu – muito por uma questão de tempo exíguo que permaneceu no comando – dar continuidade plena ao trabalho desenvolvido.

O que ocorre é que esse “personalismo do instrutor chefe” acaba por exercer forte influência sobre a tropa. Mesmo que todas as atividades sejam previamente amarradas por um “Plano de Ensino” – que é determinado pelo CPOR, ao qual o NPOR responde –, o IC tem, como se diz no jargão militar, “liberdade de manobra” com as atividades. Ele deve obedecer a um rígido cronograma, porém a maneira como vai fazê-lo cabe a ele. Um exemplo disso é o ocorrido no 1º ELD; o cansaço dos Al era quase que inteira responsabilidade sua. Ele cobrava seus comandados demasiadamente, mas sabendo quais pontos pressionar. Não fez nada que não estivesse previsto, porém, como bom combatente de selva, foi extremamente exigente com tudo no terreno. Exigiu o máximo dos Al, ao tempo que era extremamente cuidadoso. Sempre atento a tudo, fazia

questão de que, após cada instrução ou manobra, os Al passassem no médico para verificar se estava tudo bem. Daí não ter ocorrido nenhuma baixa no “Campo”.

Figura 23 – Membros da Equipe de Instrução do NPOR/BGP durante o 2º ELD (Patrulha).



Fonte: Sítio oficial do BGP⁶⁵.

Esse tipo de comportamento não é uma característica específica sua, mas do treinamento que recebeu. É um elemento social presente em militares mais “operacionais”, ou seja, aqueles que já presenciaram algum tipo de ação real. Em contrapartida, militares que nunca serviram em OMs mais operacionais tendem a adotar comportamentos diferentes. Há aqueles que são extremamente rígidos e duros no trato, e agem como um instrutor ou monitor normal, não sendo o “fiel da balança”, que é o que o Exército espera do instrutor chefe. Há os ousados, que querem transformar qualquer atividade em uma grande manobra, bem como os mais tranquilos, que não exigem tanto na parte disciplinar, contanto que a ordem seja mantida. Se o IC for um indivíduo com forte apreço por, por exemplo, História Militar, haverá uma influência no sentido de os Al adquirirem gosto por História Militar; o mesmo ocorrerá se o IC gostar de esportes; a tendência é que ele priorize atividades esportivas. Esse tipo de situação acaba por influenciar os Al, pois estes se inspiram na EI, sobretudo no IC. Isso mostra o peso das variações individuais no funcionamento de uma instituição social.

4) Oficiais, Subtenentes e Sargentos

Oficiais, Subtenentes e Sargentos formam a espinha dorsal da Equipe de Instrução. Cabe a eles a maior parte das atividades de instrução do Núcleo, bem como a

⁶⁵ Em: <http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/300-npor-patrolha>, consultado em 19 de junho de 2017.

responsabilidade pela parte de Educação Física (TFM) e a aplicação das provas e demais atividades. Do ponto de vista militar, o ideal – e o que mais ocorre nos NPORs – é que sejam dois tenentes. A eles cabem as funções de Comando de Pelotão – semelhante a que fariam em uma companhia normal –, ou seja, cada um comanda de 15 a vinte AI, metade do efetivo do NPOR. Os Tenentes são normalmente provenientes de um OFOR, em muitos casos tendo sido formados no mesmo Núcleo onde exercem a função de instrutor; e o outro, proveniente da Academia Militar, ou seja, um oficial de carreira do Exército. Como me foi explicado por um tenente em Campo Grande, no 20º RCB: “O objetivo é criar um equilíbrio na tropa. Sendo assim, os AI veem que não há uma formação melhor ou pior, que a AMAN não é melhor que o NPOR e vice-versa. Eles também percebem que um dia poderão ser eles próprios instrutores do NPOR”.

Contrariando o que muitos AI pensam quando ingressam no curso, que o oficial temporário que serve no NPOR é o mais “gente boa” – uma crença que quase todos os AI, de todos os NPORs visitados, relataram, e que era também um pensamento corrente na minha turma –, o oficial que é temporário tende a ser mais rígido, mais disciplinador, mais duro que o oriundo da Academia. Perguntei a todos os Tenentes temporários na função de instrutor o porquê disso, o porquê de agirem, apesar do profissionalismo, de forma mais dura com os AI. Reproduzo aqui a resposta de um deles:

“Olha, camarada, eu fui AI, você foi AI, ou seja, a gente sabe que o militar que acabou de virar AI acha que, por nós já termos sido também, nós somos *brother* dele. Ou seja, se os outros membros da EI não podem dar abertura para os AI, na condição de alguém que já passou pelo que eles passam, eu tenho de ser mais duro, sempre lembrar um ou outro de ‘deixar suas 10’. Assim eles pensam duas vezes antes de começarem a pensar em se entrosar comigo. Claro que lá para o final do Curso as ‘máscaras começam a cair’, mas até lá, eu vou ‘ralar’ eles”.

Os Tenentes acabam desenvolvendo uma relação interessante com os AI, pois hierarquicamente estão na posição que os AI vão ocupar, uma vez que concluírem o curso. São também eles que, ante qualquer eventualidade, substituirão o IC no Comando do NPOR. Muitos dos que são oficiais de carreira também possuem os cursos cobiçados pelos AI, o que faz com que sejam bombardeados com uma enxurrada de perguntas pelos AI. São também eles os responsáveis pela proximidade hierárquica e por mostrar aos AI como é a vida de oficial. Essa é uma responsabilidade compartilhada por toda a EI, mas por estarem mais “próximos” dos AI, eles têm essa função mais explícita.

Figura 24 – Tenente do NPOR/BGP ministrando uma instrução.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Não é exagero afirmar que, dos membros da EI, o militar com o qual os Al mantêm menor contato é o Subtenente. Em geral o Subtenente, chamado pelos colegas de farda de “Subão” ou “Sub” – menos pelos Al, porquanto estes em mais de uma ocasião tiveram de realizar “exercícios de vivacidade” por chamarem o Subtenente de “Subão” –, é um praça antigo, que depois de mais de vinte anos como sargento, foi promovido a Subtenente. É um militar muito experiente, pois conta com quase trinta anos de serviço. Nos NPORs geralmente ocupa a função de encarregado de material, ou seja, é o responsável pelo almoxarifado do Núcleo. Tirando a instrução de fardamento que ministra para os alunos ainda no início do Ano de Instrução, e por um ou outro material que venha a ser “pago”, jargão para entregue, ao longo do ano o contato com os Al é mínimo. Por ser um militar “antigo de casa”, servir em um NPOR é um prêmio por bons serviços prestados, pois suas responsabilidades no Núcleo, apesar da gama de material sob sua tutela, são menores do que seriam em uma subunidade (Companhia) normal do quartel.

Por sua vez, os Sargentos, juntamente com os Tenentes, são os membros da EI que mais passam tempo junto dos Al. Há de três a quatro Sargentos no NPOR. Geralmente um 1º-Sargento, mais antigo e com bastante experiência, e dois a três outros, variando entre 2º e 3º-Sargentos⁶⁶. Os Sargentos são graduados, isto é, não são oficiais, possuem uma escola de formação própria, a Escola de Sargentos das Armas (ESA)⁶⁷, e são designados para o NPOR na função de monitores. A exemplo do que

⁶⁶ Para dúvidas quanto à “Hierarquia Militar”, consultar na seção “Anexos” o quadro de postos e graduações das Forças Armadas Brasileiras. (N. A.).

⁶⁷ Há também os “sargentos temporários”, mas esses não ingressam no Exército da mesma maneira que os oficiais, por meio de um OFOR. Os sargentos combatentes são promovidos desde soldado, realizando

ocorre com os Tenentes, os Sargentos também desempenham os papéis de “Durão” e “Mãe”. Geralmente os Sargentos mais jovens, com menos de três anos de egressos da ESA, conhecidos por “lobinhos”, “tocam o terror na vida dos Al”, como relatou o capitão. Já os mais antigos exercem mais o lado familiar, sendo muitas das vezes o apoio dos Al. É o caso de um dos sargentos do BGP que, a exemplo do capitão, teve de ser transferido no meio do Ano de Instrução, pois assumiu o comando de um Tiro de Guerra (TG) no interior de São Paulo. O 1º-Sargento deixou muitas saudades entre os Al, pois apesar de bastante exigente, era muito respeitoso com todos, além de ser uma figura caricata, com seus exemplos na forma de hipérboles, sempre fazendo a alegria da tropa. Devido à forma como ministrava as instruções, muito cuidadoso e dedicado no preparo de tudo, era visto como um exemplo por todos os Al.

Outro tipo de perfil era o de um 3º-Sargento, também do NPOR do BGP, oriundo de Recife e com um forte sotaque nordestino. Sua voz estridente e seu sotaque forte podiam ser ouvidos em todos os cantos das acomodações. Gostava de pegar os Al de surpresa no corredor e sempre encontrava uma “alteração” em seus uniformes, fosse um coturno mal engraxado ou uma calça mal vincada. Estava sempre “de olho em tudo”, como costumava dizer. Além de bastante exigente, os Al reclamavam que, mais que o fato de serem surpreendidos por ele, o que mais os incomodava era sua voz estridente, “que fazia tremer nas bases”, como relatado por um dos rapazes. Além de seu jeitão, era também um sujeito piadista; passada a fase inicial do curso, quando já haviam criado mais intimidade, divertia os Al com suas piadas e “causos” do sertão. Uma das vezes, contou a história do jagunço de um coronel paraibano que, quando ordenado por seu patrão a resolver uma situação com um desafeto, o “cabra” bradou: “Já tô *cum* raiva dele!”. Essa e outras histórias ilustram como ninguém está ali só para “ralar”. No Exército, o Sargento é conhecido como “o elo fundamental entre o comando e a tropa”, e é essa a função desempenhada por esses profissionais no NPOR.

5) Relação entre Alunos e Equipe de Instrução

Como relatado por um dos Sargentos do NPOR/BGP, o ideal para uma EI é que seus profissionais sigam “perfis variados”. O que me foi relatado foi que “(...) é bom que haja militares de diversos estilos, de modo a dar uma chacoalhada nos Al”.

cursos específicos na Unidade. Para os que não são combatentes, é realizado um concurso, de nível médio, similar ao realizado pelos OTTs. (N. A).

Especialmente nos períodos iniciais, a EI busca adotar uma prática conhecida como “Bom Policial VS Mau Policial”. Pela variedade de perfis, uns fazem o estilo mais durão, enquanto os outros são mais “camaradas”. O “Mau Policial” faz o estereótipo de militar de filme de guerra, chamando a atenção por qualquer coisa que fuja à normalidade, como coturnos mal engraxados ou uma barba por fazer. Uma cena curiosa foi a de um sargento, já “antigo”, com mais de vinte anos de Exército que, em uma inspeção matinal dos Al antes de uma formatura, ao constatar que um deles não havia se barbeado corretamente, disse o seguinte: “A barba do senhor está tão grande que parece o Papai Noel!”. Esses exageros – de fato, o rapaz não havia se barbeado corretamente, mas nada que o fizesse ficar parecido com o “bom velhinho” – desconcertam os Al e os induzem a erros, e acabam por se tornar cenas caricatas que fazem parte da rotina de toda OM.

Geralmente, após um comentário como esse, vêm os chamados “exercícios de vivacidade”. Há muito foram abandonadas pelas Forças Armadas do mundo todas as punições físicas e os castigos corporais pelas faltas cometidas. Porém, como forma de “reparar um erro que o militar venha a cometer”, como dizem os membros da EI, “os Al são incentivados a fazer ‘exercícios de vivacidade’”, como, por exemplo, flexões e polichinelos. A forma mais adotada de “punir” é a atividade física: a clássica frase “Já deixe suas dez!”, muito escutada nos corredores dos NPORs, indica que ali houve uma infração da parte dos Al, apesar de alguns oficiais e sargentos se utilizarem dessa prática mais do que outros. O que nos leva ao “Bom Policial”, pois enquanto alguns instrutores e monitores exercem mais o estilo “durão”, fazendo questão de chamar a atenção o tempo todo, outros membros da EI são mais “tranquilos”, por assim dizer. Tornam-se conhecidos pelo carinhoso apelido de “Mãe”. É comum nos estabelecimentos de ensino militar perguntar aos Al e cadetes quem é o instrutor ou monitor “mais Mãe” que eles têm, ou seja, aqueles que menos punem os Al e mais lhes dão conselhos. São normalmente aqueles a quem os Al recorrem quando vivenciam alguma situação mais difícil.

À medida que o Ano de Instrução vai avançando, e quanto mais perto chegam da formatura do aspirantado, os Al vão ficando mais próximos da EI. No início do ano há sempre a desconfiança mútua. Da parte dos Al existe uma visão claramente preconcebida de que os membros da EI estão ali apenas para “tocar o terror na vida deles”, como definiu um dos rapazes do BGP; e da parte da EI, também há rigidez, pois não podem demonstrar afeto, “pois a finalidade do treinamento fica comprometida”,

como me descreveu um dos tenentes. O que ocorre é que, conforme vão se conhecendo – e aqui é perceptível uma característica social que transcende as fronteiras dos quartéis, afirmando-se, de acordo com Gilberto Freyre⁶⁸, como um elemento social identificador da cultura do povo brasileiro –, o afeto e a informalidade vão tomando conta.

É comum, logo no início do ano, instrutores e monitores passarem seus contatos para os Al. Isso para situações profissionais, como o caso de alguém ter uma emergência e não conseguir ir ao quartel em determinado dia. Caso uma situação como essa ocorra, o rapaz deve ligar e avisar à EI. Essa é uma prática que, à exceção de alguns professores, não é comum no ambiente universitário. Nas Universidades o *e-mail* é até compartilhado por alguns docentes, mas permitir o acesso ao número de telefone é algo desencorajado pela própria instituição. O que na Universidade é a exceção, por questões práticas, torna-se a regra no Exército. E sempre é feita, pelos instrutores e monitores, uma ressalva aos meninos, situação presenciada em todos os NPORs: “Aluno, o telefone é para emergências, não é para ficar ligando na casa do tenente/sargento para bater papo ou qualquer outra coisa; é exclusivamente para situações de EMERGÊNCIA!”. No caso das Universidades, se os estudantes desobedecessem a tal recomendação e ligassem para seus professores por um motivo qualquer que não se constitua uma emergência, pouco lhes seria imputado. No caso do NPOR, os Al sabem que não devem fazê-lo, pois se desobedecerem ao que foi ordenado, muito provavelmente serão devidamente punidos no quartel. Em tempos de redes sociais, também lhes é dito para “Não pedir para ser amigo do tenente no *Facebook*” ou em outras comunidades virtuais.

À medida que o Ano de Instrução vai acabando, principalmente nas duas semanas que antecedem a formatura do aspirantado, a camada de formalidade vai se esfacelando. Não o fato do tratamento respeitoso – o “senhor” e os códigos de conduta são algo que muitas vezes acompanha os militares mesmo anos depois do Exército. Já presenciei situações em que militares de idade avançada, já na reserva, ainda se referiam a seus superiores hierárquicos, mesmo depois de anos de uma longa amizade, por “senhor” e faziam questão de manter certos elementos formais no discurso. Isso ocorre principalmente pelo respeito que os superiores alcançaram perante os subordinados; estes fazem questão de manter a forma respeitosa no trato como uma questão de apreço

⁶⁸ FREYRE, Gilberto, 1900-1987. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. – [52. ed.] – São Paulo: Global, 2013.

pelo superior. O que ocorre, em especial nas semanas finais do curso, é que, depois de um ano de intensa convivência, os militares, EI e AL, acabam por desenvolver uma intensa amizade. Há situações em que isso não ocorre, mas os próprios membros da EI consideram que seu trabalho foi bem-feito quando conseguiram conquistar o respeito da tropa não por intimidação, senão por respeito, por liderarem pela força do exemplo.

Figura 25 – Monitor ministra uma instrução para alunos do NPOR/BGP/2016.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

Essa característica de afetividade nas relações pessoais, presente no povo brasileiro, que se manifesta também dentro dos quartéis, é um elemento que ficou marcado na literatura militar internacional. Na II Guerra Mundial, com o envio de tropas brasileiras à Itália, então sob a ocupação da Alemanha Nazista, o soldado brasileiro ficou conhecido pelo “trato humano com a população”. Não se trata de uma ode ao Exército, mas até hoje, mesmo em idade avançada, os habitantes das cidades italianas libertadas pela FEB reconhecem que, sem o brasileiro, muitos não estariam vivos. Relatos que ainda podem ser escutados da parte dos italianos contam que o soldado brasileiro muitas vezes passava fome, mas não deixava os habitantes locais, principalmente crianças e idosos, passar necessidade. Em missões recentes pelas Nações Unidas, principalmente no Haiti – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti ou MINUSTAH (sigla derivada do francês: *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti*)⁶⁹ –, a tropa brasileira é sempre bem-vista por esse elemento agregador que carrega, essa abertura que confere ao cidadão local. O mesmo ocorre nos NPORs: há uma integração entre AI e EI. Ocorrem situações em que alguns preferem

⁶⁹ Em: <https://minustah.unmissions.org/>, consultado em 19 de junho de 2017.

não se relacionar, mas esses constituem basicamente a exceção, não a regra. Mesmo porque, para aqueles Al que retornarem no ano seguinte como oficiais, na maior parte dos casos, à EI do ano anterior, os responsáveis por sua formação serão seus colegas de trabalho.

As partes cognitiva e física da formação – instruções, marchas, tradições etc. – possuem certamente um peso importante na transformação do jovem civil em oficial do Exército Brasileiro, mas o outro aspecto, o afetivo, também tem influência no processo formativo. Os Al percebem tudo, e acabam adquirindo algumas características daqueles responsáveis por sua formação. Como disse um dos sargentos: “Al é a criatura mais observadora que existe; se você dá um passo em falso, é assim que eles vão se lembrar de você, ou pelo menos, vão remoer isso pelo resto da vida”. O mesmo se constata nas Universidades: se há a norma de não utilizar telefone em sala de aula, e porventura algum professor faz uso do aparelho, os estudantes vão lembrar-se desse fato e se referir a ele constantemente quando na presença do professor. A incoerência do mestre não será esquecida. Tudo isso evidencia a enorme importância, no processo de formação do aluno, da dimensão moral. Não é diferente o que se passa na formação do oficial R2 do Exército Brasileiro.

Considerações Finais

Apesar de até recentemente ter visitado NPORs e de vivenciar a rotina militar, o trabalho de campo com a turma do NPOR/BGP/2016 finalizou-se com a formatura do aspirantado. Embora tenha durado apenas três dias, serão três dias que ficarão para sempre na memória. Dezembro, o último mês de pesquisa, foi sem sombra de dúvida o mais pesado. Se considerarmos o ritmo da rotina militar, esse fator por si só já fornece uma imagem de quão intensas foram as atividades. Adicionado ao fato de se estar falando de uma turma de NPOR, e ao fato de no curto espaço de tempo do curso a gama de conteúdos abrangidos nesse período ser muito grande, não é de se espantar que, ao final do período de atividades, todos aqueles envolvidos – alunos e Equipes de Instrução – expressassem um misto de alívio e tristeza. Alívio por terem “cumprido a missão”, mostrando que as lições aprendidas ao longo dos dez meses de curso foram bem assimiladas e que “paisanos” foram transformados em oficiais do Exército Brasileiro; e tristeza, pois os dez meses de “forja dos combatentes” chegaram ao fim. Muitas foram as lições aprendidas, e as amizades feitas na caserna são para toda a vida.

Figura 26 – Formatura do Aspirantado NPOR/BGP e NPOR/32º GAC.



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador.

O elemento transformador não pode ser materializado em um único fator ou acontecimento, senão no conjunto de práticas que permitem que um grupo de indivíduos, muitos sem nenhuma experiência militar prévia, possam agora ser considerados verdadeiros soldados. Todo militar é um soldado. A “Data de Praça”, comum a todos que ingressam no ofício das Armas, é a expressão máxima de que, do praça mais moderno ao general mais antigo, todos, sem exceção, começaram no mesmo

lugar, tiveram o mesmo período de adaptação e são, e serão, para sempre soldados do Exército de Caxias.

Uma vez declarado Aspirante a oficial, cada um dos rapazes vai ser responsável por escrever um novo capítulo do Exército Brasileiro, cultuando as tradições e trabalhando pela inovação. Se no campo civil o peso das inovações já é grande, no campo militar ele pode ser o elemento definidor do vencedor ou perdedor de um embate. Quando finalmente chegar ao fim seu tempo de serviço, seja ao final de um ou de oito anos, a Força espera que cada um tenha feito “o seu melhor”. Espera-se que cada um tenha trabalhado a cada novo dia, a cada nova missão, com disposição renovada para um novo expediente, para os inúmeros desafios surgidos na profissão, e que, ao chegar a hora de pendurarem a farda, possam fazê-lo de forma honrosa, merecendo o nome escrito em suas sutaches, seja ele Silva, Balduino, Celso... ou tantos outros mais. Atualmente, para o Exército, consideradas as normas vigentes, talvez seja essa a maior lição do NPOR; se pensados os objetivos, o “oficial R2 tem um papel a cumprir com a Nação”, como proferiu o Cmt do Exército. A regra atual impede que ele faça uma carreira, como em outros países, mas tudo indica que essa situação venha a mudar em um curto ou médio espaço de tempo. De acordo com a “DIRETRIZ DO COMANDANTE DO EXÉRCITO 2017-2018”⁷⁰, que busca nortear as políticas adotadas pelo Exército no referido biênio, em sua Diretriz de Número 6 lê-se: “Reduzir o número de militares de carreira, substituindo-os por militares temporários”.

As Forças Armadas passaram por um processo de expansão no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. À época, o pensamento corrente era o de que, para um país de dimensões continentais como o Brasil, era preciso um Exército grande para cobrir toda a extensão do território nacional. Com a recente crise, que afeta todos os setores nacionais, por que o país vem passando nos recentes anos, e com o contingenciamento de orçamento imposto pelo atual governo, as Forças Armadas também foram forçadas a se reorganizar. Para manter a máquina militar ativa e não afetar os projetos estratégicos em curso, deliberou-se uma reordenação dos efetivos das Forças; a ideia é que se tornem “menores e mais profissionais”. É uma tendência esse pensamento por parte dos exércitos de todo o mundo no século XXI, com o fim da Guerra Fria; alguns países vêm adotando desde a década de 1990 essa prática de Forças Armadas menores e altamente

⁷⁰ “DIRETRIZ DO COMANDANTE DO EXÉRCITO 2017-2018”, em: <http://www.eb.mil.br/documents/10138/7932041/Diretriz+do+Comandante+do+Ex%C3%A9rcito+2017-2018/374a6480-b325-62a4-2340-0bfa97c74c52>, consultado em 19 de junho de 2017.

especializadas. No Brasil é um conceito relativamente novo, e abre uma janela para um maior aproveitamento de todos os tipos de oficiais R2 – não apenas os oriundos de NPOR, o foco deste trabalho – no Exército Brasileiro. Por ora, ainda não é cogitado um aumento no tempo de serviço, todavia, uma perspectiva que anima muitos AI é o fato de, dada essa nova política, aumentarem o número das vagas dos que retornam.

Pelo atual modelo, vigente desde 1989, o aluno é declarado “aspirante a oficial” ao final do Ano de Instrução, recebendo a espada, símbolo do oficialato, e passando a integrar oficialmente a reserva do Exército Brasileiro. Diferentemente do que acontecia antes de 1990, apenas os que obtiverem melhores notas e melhor conceito retornam no ano seguinte para realizar o Estágio de Corpo de Tropa. O que ocorre é que o número dos que retornam não é preestabelecido, varia de acordo com o número de vagas que a Região Militar em que se situa o OFOR oferece no ano. Em geral varia bastante; de uma turma de quarenta alunos, é possível que apenas cinco retornem; do mesmo modo, em uma turma de trinta alunos, podem voltar 13 ou 14 aspirantes. Não há um padrão. Com isso, muitos dos AI sentem-se desmotivados, pois sabem que por mais que se esforcem, é muito difícil que haja vaga para todos. Um caso que ilustra bem essa situação é o do NPOR/20º RCB/2016, em que, dos trinta aspirantes de Cavalaria formados, apenas uma vaga foi aberta, e somente o primeiro colocado de turma regressou no ano seguinte. Depois de um ano de intensas experiências, em que o jovem é preparado 24 horas por dia para ser um militar, ao final de 42 semanas tudo acaba, e mesmo querendo prosseguir no Exército, é forçado a retornar à vida civil. Muitos AI queixaram-se desta situação e disseram esperar que, para as turmas vindouras, já sob a nova diretriz, “a situação melhore”.

Em contrapartida, uma vez de volta à sociedade, depois de um ano intenso, assim que “conseguem acertar o passo”, muitos dos que se formam em NPORs acabam por se destacar em suas profissões. É sociologicamente relevante o fato de que, na vida civil, muitos egressos de OFOR desempenham funções de liderança em seus empregos. Apesar de ser um detalhe muitas vezes desconhecido da sociedade, o Brasil já viu presidentes, embaixadores, ministros, empresários e tantos outros profissionais que, em comum, possuíam o fato de ser oriundos de um CPOR ou NPOR. Para ficar com dois exemplos, o ex-presidente da República Itamar Franco era oriundo do CPOR/BH, e o Embaixador Oscar Soto Lorenzo Fernandes, representante maior brasileiro em vários postos no exterior, era oriundo do CPOR/RJ. Em comum, esses e outros tantos

Aspirantes, Tenentes e alguns Capitães passaram uma parte de sua mocidade em um estabelecimento que, com certeza, influenciou positiva e decisivamente em suas vidas.

Em seu livro “A Ditadura Envergonhada”⁷¹, o primeiro de uma série de cinco volumes que retrata o Governo Militar (1964-1985), o jornalista Elio Gaspari consegue sintetizar o que é a experiência de se cursar um estabelecimento de ensino militar e como essa experiência acompanha o indivíduo pelo resto de sua vida. Apesar de sua narrativa focar nos oficiais de carreira, em especial nos Generais Presidentes, serve para definir o que acontece com aqueles que um dia passaram pela caserna:

“Se há uma diferença entre a política dos civis e a dos militares, ela está no fato de que esta envolve uma corporação burocrática fechada que precisa acima de tudo preservar uma forma de coesão. [...] Permanecendo na corporação, (os militares) convivem com a mesma geração de colegas, respeitando praticamente a mesma hierarquia ao longo de todas as suas vidas. No mundo civil, o primeiro colocado numa turma de Engenharia perde-se na lembrança dos tempos. Já nos quartéis, o primeiro colocado na Academia (Militar das Agulhas Negras) é, pela eternidade, uma espécie de campeão olímpico. Vivem como passageiros de um imenso transatlântico no qual se fazem amizades e antipatias sob o compromisso de manter o barco à tona, fé no destino e, se possível, o conforto a bordo”.

Apesar de se referir especificamente a oficiais oriundos de Academia, a situação ilustrada por Gaspari também se repete em CPORs e NPORs. Seja enquanto o indivíduo ainda está na ativa, ou mesmo anos depois, já em suas profissões civis, não é raro que quando dois egressos de OFOR se encontrem surja a pergunta: “Qual a sua turma (ano da turma)? E onde você foi formado?”. Sempre em busca da tão sonhada “antiguidade”, buscando saber qual dos dois possui precedência, mesmo que isso já não signifique mais nada para o outro. Na sequência, começam a conversar sobre suas respectivas Equipes de Instrução, sobre os militares de seu tempo, o armamento e uniforme utilizados e uma variedade de temas que remontam a seus tempos de caserna. O quartel é, do ponto de vista sociológico, um grande elemento integrador.

Sobre o trabalho e as experiências coletadas, tenho a dizer que, na condição de cientista social, tive o prazer de partilhar a rotina e as atividades de um pequeno grupo, esse microcosmo que se chama “NPOR”, parte de outro grupo, uma Unidade Militar, representada pelo BGP, pelo 2º BIS, pelo 32º GAC, pelo 20º RCB, pelo 3º BAVEX e

⁷¹ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. / Elio Gaspari. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Página 39.

por tantas outras OMs visitadas ao longo de um ano e seis meses de pesquisa. Todas essas e muitas outras, por sua vez, pertencem a um grupo ainda maior, o Exército Brasileiro. Durante toda a pesquisa não eram raros os comentários de colegas e as perguntas frequentes de quais eram minhas observações até determinado momento. Durante toda a pesquisa busquei seguir exatamente o caminho oposto, limitando-me a anotar tudo o que era observado, em lugar de emitir comentários. Em minhas diversas idas a campo, e tendo passado pelas mesmas experiências, é natural querer manifestar-me positiva ou negativamente a respeito de determinado aspecto. Todavia, como já mencionado na Apresentação deste trabalho, evitei isso ao máximo e me pautei bastante pelo que disse Peter Berger:

“O sociólogo é uma pessoa, um profissional que se ocupa em compreender a sociedade de uma maneira disciplinada. Isto significa que aquilo que o sociólogo descobre e afirma a respeito dos fenômenos sociais que estuda ocorre dentro de um quadro de referência de limites rigorosos. Como cientista, o sociólogo tenta ser objetivo, controlar suas preferências e preconceitos pessoais, perceber claramente ao invés de julgar normativamente”.

Procurei relatar os fatos da maneira como foram observados, permitindo que os leitores chegassem a suas próprias conclusões ao tomar contato com a narrativa. Busquei compreender ao máximo os fenômenos que compõem a rotina militar e que foram capazes de, ao final de um ano, devolver à sociedade não apenas militares capazes, mas, na perspectiva do Exército Brasileiro e de muitos dos familiares dos alunos, “cidadãos melhores”. Desse modo, espero que o trabalho seja de alguma valia para investigadores sociais interessados, como eu, em compreender esse microcosmo social particular que é o Exército Brasileiro.





















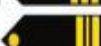


































Um aspecto que notei em mais de um momento é o peso do nome “Exército Brasileiro”, pois toda vez que me perguntavam sobre meu objeto de estudo de trabalho de conclusão de curso, e eu respondia que trabalhava com “A Formação dos Oficiais R2 no Exército Brasileiro”, isso gerava uma grande surpresa nos meus interlocutores, seguida de uma grande curiosidade, como se o Exército estivesse envolvido em uma aura mítica. No Brasil, o Exército representa uma das poucas instituições que de fato mantêm seus valores e tradições, formando diversas gerações de brasileiros. Algo encarado pela Força como “um privilégio e grandeza de séculos de História”. Todavia, para que possa de fato se perpetuar, toda instituição deve somar à tradição e aos valores a modernização, pois assim é o homem, um ser pujante e sempre em busca de se

reinventar. “A mente que se abre a uma nova ideia jamais retornará a seu tamanho original”, como disse Albert Einstein.

O estudo sociológico desses fenômenos e instituições contribui para uma melhor compreensão do mundo humano, fazendo com que o conhecimento seja acessível a todos e que elementos aparentemente tão díspares quanto a Sociologia e a Militaridade possam ser observados sob uma mesma ótica, não sendo necessário mudar as lentes para entender esses dois fenômenos humanos e seu impacto na sociedade. Como observou com razão Gilberto Freyre, o autor que disse: “todo grande brasileiro carrega em si um pouco de Caxias”, “O saber de nada vale sem um fim social”. Desejo que este estudo, para além de ter procurado responder ao questionamento inicial, possa servir para estreitar os laços entre as instituições de ensino civis e militares, contribuindo assim para fazer do Brasil um lugar melhor.

Anexos:

1) Quadro de Postos e Graduações das Forças Armadas Brasileiras

	AERONÁUTICA	EXÉRCITO	MARINHA
OFICIAIS GERAIS	 Marechal-do-Ar	 Marechal	 Almirante
	 Tenente-Brigadeiro	 General de Exército	 Almirante-de-Esquadra
	 Major-Brigadeiro	 General de Divisão	 Vice-Almirante
	 Brigadeiro	 General de Brigada	 Contra-Almirante
OFICIAIS SUPERIORES	 Coronel	 Coronel	 Capitão-de-Mar-e-Guerra
	 Tenente-Coronel	 Tenente-Coronel	 Capitão-de-Fragata
	 Major	 Major	 Capitão-de-Corveta
OF.INT.	 Capitão	 Capitão	 Capitão-Tenente
OFICIAIS SUBALTERNOS	 1º Tenente	 1º Tenente	 1º Tenente
	 2º Tenente	 2º Tenente	 2º Tenente
	 Aspirante-a-Oficial	 Aspirante-a-Oficial	 Guarda-Marinha
 Suboficial	 Subtenente	 Suboficial	
GRADUADOS	 1º Sargento	 1º Sargento	 1º Sargento
	 2º Sargento	 2º Sargento	 2º Sargento
	 3º Sargento	 3º Sargento	 3º Sargento
	 Cabo	 Cabo	 Cabo
	 Taifeiro-Mor	 Taifeiro-Mor	 Marinheiro
	 Soldado 1ª Classe	 Taifeiro 1ª Classe	
	 Taifeiro 1ª Classe	 Taifeiro 2ª Classe	

Fonte: Sítio “Forças Terrestres”⁷².

⁷² Em:

https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwjmv_SKp83UAhWJFZAKHQSiADQQjxwIAw&url=http%3A%2F%2Fwww.forte.jor.br%2F2010%2F01%2F12%2Fgraduacoes-das-forcas-armadas%2F&psig=AFQjCNHHKO_Nk9KxKyGW7cLGXNotdJ6Ojw&ust=1498078387287442, consultado em 19 de junho de 2017.

2) Índice de Siglas

2.1) Siglas das Forças Armadas Brasileiras

AL/ALU: Aluno a Oficial

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras

Art.: Artilharia

BGP: Batalhão da Guarda Presidencial

Brig.: Brigada

Cad.: Cadete

Cap.: Capitão

Cav.: Cavalaria

Cb.: Cabo

Cel.: Coronel

CIGS: Centro de Instrução de Guerra na Selva

CMN: Comando Militar do Norte

CMO: Comando Militar do Oeste

CMP: Comando Militar do Planalto

Cmt.: Comandante

CORE: Corpo de Oficiais da Reserva do Exército

COTer: Comando de Operações Terrestres

CPOR: Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

DECEX: Departamento de Educação e Cultura do Exército

Div.: Divisão

EAS: Estágio de Adaptação ao Serviço

EAVS: Estágio de Adaptação à Vida na Selva

EB: Exército Brasileiro

ECEME: Escola de Comando e Estado Maior do Exército

EI: Equipe de Instrução

EME: Estado Maior do Exército

ESA: Escola de Sargento das Armas

EsAO: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

EsFCEX: Escola de Formação Complementar do Exército

EsPCEX: Escola Preparatória de Cadetes do Exército

Ex.: Exército

FAB: Força Aérea Brasileira

Gen.: General

IC: Instrutor Chefe

Inf.: Infantaria

Maj.: Major

Mat. Bel.: Material Bélico

MB: Marinha do Brasil

MD: Ministério da Defesa

NPOR: Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

OCT: Oficial Combatente Temporário

OFOR: Órgão de Formação de Oficiais da Reserva

OIT: Oficial Intendente Temporário

OM: Organização Militar

OTT: Oficial Técnico Temporário

PCI: Pedido de Cooperação de Instrução

Sd.: Soldado

Sgt.: Sargento

SO: Suboficial

ST: Subtenente

TAF: Teste de Aptidão Física

TC: Tenente-Coronel

Tem.: Tenente

TFM: Treinamento Físico Militar

TG: Tiro de Guerra

TO: Teatro de Operações

2.2) Siglas de Forças Armadas Estrangeiras:

OTC: Officers Training Corps

ROTC: Reserve Officers Training Corps

USMA: United States Military Academy

2.3) Outras Siglas:

N. A. Nota do Autor

Referências Bibliográficas

1) Livros:

A pesquisa sociológica. / Serge Paugam, (coordenador); tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. – (Coleção Sociologia).

ALLEN, C. D.; GERRAS, S. J. Como desenvolver pensadores criativos e críticos. *Military Review*: edição brasileira, Fort Leavenworth, p. 31-38, set./out. 2010.

ALMEIDA, Carlos Fernando E. de. Segunda guerra mundial e seus reflexos no Brasil. – Brasília, DF: Thesaurus, 2015. 293 p.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais. São Paulo: Pioneira, 1998.

ARAÚJO, M. Operações no amplo espectro. *Doutrina Militar Terrestre* em revista, Brasília, DF, ano 1, ed. 1, p. 16-27, jan./mar. 2013.

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*; tradução de Donaldson M. Garschagen. 33. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.

CAWTHRONE, Nigel. *Blitzkrieg: O Plano Estratégico de Hitler para Conquistar a Europa*. / 2015 – São Paulo – M. Books do Brasil Editora Ltda.

CLARK, Christopher. *Os sonâmbulos: como eclodiu a Primeira Guerra Mundial*. / tradução Berilo Vargas, Laura Teixeira Motta; - 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. 3 v. Tradução do original para o inglês por Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português por Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. 1984. Versão em português disponível em:

DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. / Carlos Daróz. – São Paulo: Contexto, 2016.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: Editora Ibrasa, 1987

DORIA, Pedro. Tenentes: a guerra civil brasileira. / Pedro Doria. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2016.

DURKHEIM, E. (2007) As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes.

_____. Da divisão social do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DURKHEIM, Émile (1895). “The Rules of Sociological Method” 8th edition, trans. Sarah A. Solovay and John M. Mueller, ed. George E. G. Catlin (1938, 1964 edition).

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1994.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. – 2. ed., 6. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FLORES, Mário Cesar. Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional / Mário César Flores. – São Paulo: É Realizações, 2002.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal. / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. – [52. ed.] – São Paulo: Global, 2013.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. / Elio Gaspari. – São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony, 1938-. Conceitos essenciais da Sociologia. / Anthony Giddens, Philip W. Sutton; tradução Cláudia Freire. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIRARDET, Raoul. A sociedade Militar: de 1815 aos nossos dias. / Raoul Girardet; tradução de José Lívio Dantas. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. As fronteiras do Brasil. – Brasília : FUNAG, 2013.

GOULART, Fernando Rodrigues. Ação sob Fogo! Fundamentos da motivação para o combate. / Fernando Rodrigues Goulart. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A diplomacia de dom João VI em Caiena. Rio de Janeiro: G.T.L., 1963.

História Oral do Exército: formação de oficiais da reserva. / Coordenador geral Aricildes de Moraes Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

ITUASSU, Arthur. Jamais Ceder! : Os melhores discursos de Winston Churchill. São Paulo. Zahar. 2005.

JENKINS, L. R. Churchill. Tradução de Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, 897 p.

KINNI, Theodore B., 1956-. MacArthur: lições de estratégia e liderança. / Theodore B. Kinni, Donna Kinni; tradução Solution Consult Idiomas Ltda. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

LAVENÉRE, Nelson Freire. História da Força Aérea Brasileira. – Rio de Janeiro. Gráfica Brasileira Ltda. 1975.

LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A Conquista de Caiena. In: História Naval Brasileira. v. 2. t. II.

LOBATO FILHO, João B. As duas batalhas de Guararapes. General Lobato Filho. A.A.B.B. Biblioteca – Recife, 1939.

MAGALHÃES, João Batista, 1887-1968. A evolução militar do Brasil. / Cel. João Batista Magalhães. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 2001.

MALAN, Alfredo Souto, 1908-. Uma escolha, um destino (Vida do Gen. Malan d'Angrogne). Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977.

MOTTA, Jehovah (1907-1993). Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. / Jehovah Motta. – Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. A revolução de 1817 e a história do Brasil: um estudo de história diplomática. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

NAPOLEÃO I, Imperador dos franceses, 1769-1821. Máximas e pensamentos / Napoleão; seleção e prefácio, Honoré de Balzac; tradução José Dauster. – Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

- OSBORNE, Roger. *Civilização: uma nova história do mundo ocidental* / Roger
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al). – 3. ed. – 9. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil; uma biografia*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.
- SILVEIRA, Joel. *O inverno da guerra*. / Joel Silveira. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- SOUZA, Adriana Barreto de, 1971-. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. / Adriana Barreto de Souza. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- STEPAN, Alfred C. *Os militares: da abertura à nova república*, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986), com adaptações.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VISACRO, A.; *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. – São Paulo: Contexto, 2009.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 18. Ed. São Paulo, Cultrix: 2011.
- _____. *Escritos políticos*. 1. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- WHYTE, William Foote, 1914-2001. *Sociedade de esquina [Street corner society]: a estrutura social de uma área pobre e degradada*. / William Foote Whyte; tradução Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica Karina Kuschnir; apresentação de Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *Das guerras Cisplatinas às guerras contra Rózas e contra o Paraguai*, in: *Enciclopédia Rio-grandense*, Editora Regional, Canoas, 1956.

2) Principais Sítios Oficiais Consultados:

<http://www.bgp.eb.mil.br/>

<http://www.cmp.eb.mil.br/>

<http://www.defesa.gov.br/>

<http://www.eb.mil.br/>

<http://www.eme.eb.mil.br/>

<http://www.fab.mil.br/index.php>

<http://www.sgex.eb.mil.br/>

<http://www.sol.unb.br/>

<https://www.marinha.mil.br/>

3) Links Para Dados Utilizados:

<http://www.cporsp.ensino.eb.br/index.php/imagens/1-galeria-de-imagens-01/detail/1-fachada-do-cpor-sp>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://mnba.gov.br/porta1/component/k2/item/38-batalha-do-avai.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

<http://mnba.gov.br/porta1/component/k2/item/67-batalha-dos-guararapes.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

<http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/204-incorporacao-do-npor>, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/249-campo-npor-cfst>, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/249-campo-npor-cfst>, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.bgp.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/300-npor-patru1ha>, consultado em 19 de junho de 2017.

http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/ListaFATOSHISTORICOS.php?pageNum_listafatos=224&totalRows_listafatos=30565, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.cporbh.ensino.eb.br/index.php/historico-do-cmbh>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/historia>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.cporr.eb.mil.br/index.php/documento-de-criacao>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.cporrj.ensino.eb.br/patrono.html>, consultado em 1º de maio de 2017.

<http://www.cporrj.ensino.eb.br/personalidades.html>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.cporrj.ensino.eb.br/index.php/historico-2>, consultado em 2 de maio de 2017.

<http://www.deg.unb.br/images/legislacao/16-86.pdf>, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.eb.mil.br/documents/10138/7932041/Diretriz+do+Comandante+do+Ex%C3%A9rcito+2017-2018/374a6480-b325-62a4-2340-0bfa97c74c52>, consultado em 19 de junho de 2017.

http://www.eb.mil.br/web/midia-impressa/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/IZ4bX6gegOtX/content/candidatas-aprovadas-no-exame-intelectual-chegam-na-espcecx, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.ox.ac.uk/world-war-1/places/oxford-university-officers-training-corps#>, consultado em 1º de maio de 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, consultado em 19 de junho de 2017.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/78-paginas-menu/259-rue-on-line2>, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/vadem-mercum/86-cerimonial/vade-mecum/120-valores-deveres-e-etica-militares>, consultado em 19 de junho de 2017.

<https://dialogo-americas.com/pt/articles/brasil-forcas-armadas-reconhecidas-pelo-treinamento-de-guerra-na-selva>, consultado em 19 de junho de 2017.

<https://minustah.unmissions.org/>, consultado em 19 de junho de 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil_na_Primeira_Guerra_Mundial#/media/File:Venceslau_Br%C3%A1s_decarrega_declaracao_1917.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Benedito_Calixto_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica,_1893.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva#/media/File:Marquis_of_caxias_c_1860.jpg, consultado em 1º de maio de 2017.

https://www.google.com.br/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&ved=0ahUKEwjmv_SKp83UAhWJFZAKHQSiADQQjxwIAw&url=http%3A%2F%2Fwww.forte.jor.br%2F2010%2F01%2F12%2Fgraduacoes-das-forcas-armadas%2F&psig=AFQjCNHHKQ_Nk9KxKyGW7cLGXNotdJ6Ojw&ust=1498078387287442, consultado em 19 de junho de 2017.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>, consultado em 19 de junho de 2017.

4) Documentos Oficiais, Documentos e Correspondências Militares e Manuais:

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Estatuto dos Militares: LEI No 6.880, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1980.

_____. Estratégia Nacional de Defesa. Promulgada em 2012.

_____. O Livro Branco de Defesa Nacional. Promulgado em 2012.

_____. Política Nacional de Defesa. Promulgada em 2012.

“DIRETRIZ DO COMANDANTE DO EXÉRCITO 2017-2018”.

Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), DIEx nº 783-Sub Sec. Proj. Cul./SPPC/DPHCEX.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Manual de Doutrina Militar do Ministério da Defesa (2002): MD42-M-02.

Portaria nº 035 – EME, de 11 de maio de 2009.